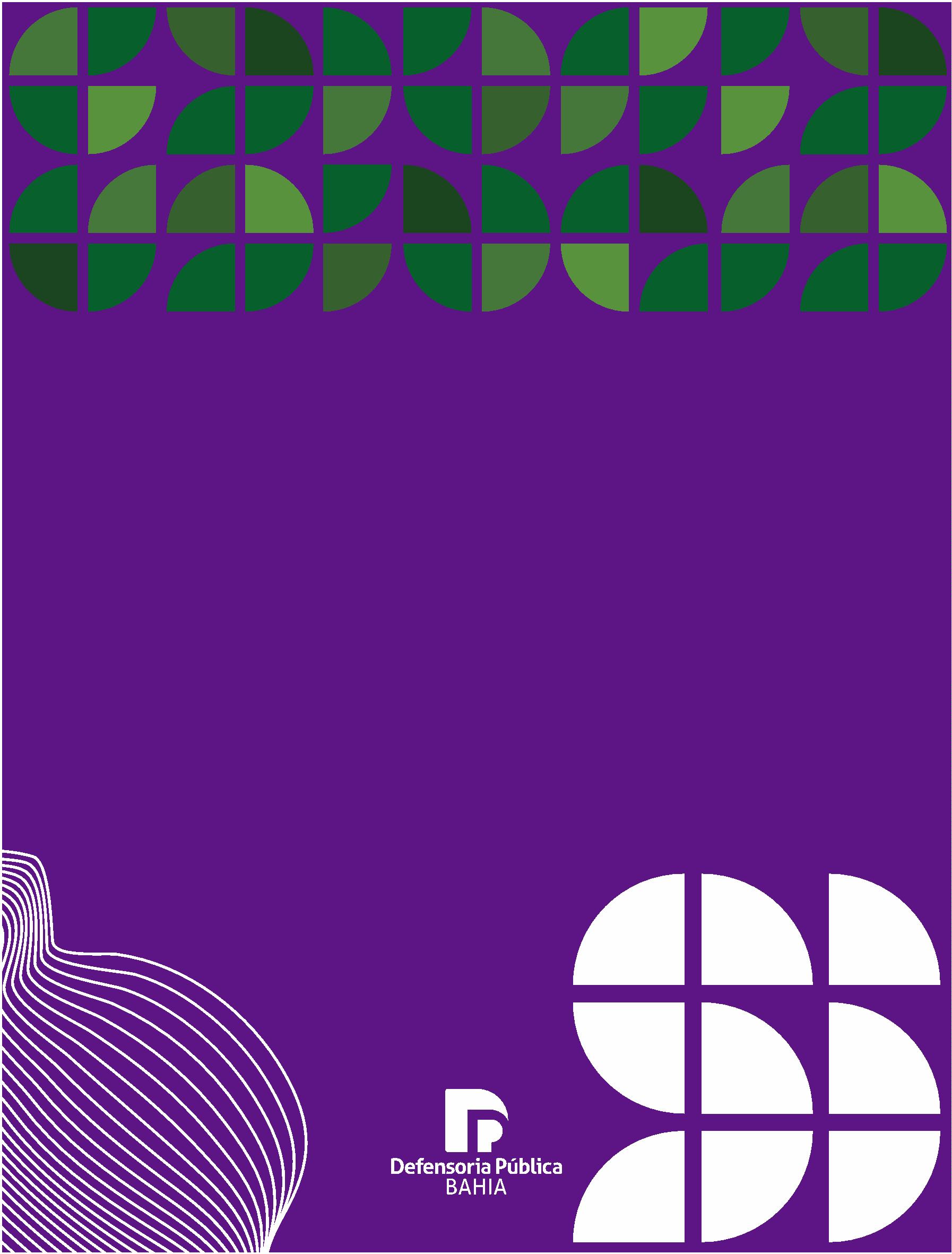
Plano de Redução

da Letalidade

Policial da

Defensoria Pública

da Bahia



Plano de Redução da

Letalidade Policial

da Defensoria

Pública da Bahia



Plano de Redução da Letalidade Policial da Defensoria Pública da Bahia

Copyright© 2024 Defensoria Pública do Estado da Bahia

Permitida a reprodução de qualquer parte desta edição,

desde que citada a fonte.

Projeto gráﬁco: ASCOM DPE/BA

Diagramação: Antonio Felix - Designer ASCOM DPE/BA

Coordenação Editorial e de Produção: Arthur Franco - Coordenador da

Assessoria de Comunicação Social DPE/BA

Tiragem: 1ª edição (digital)

Bahia, Defensoria Pública do Estado da

D313p

Plano de redução da letalidade policial da Defensoria Pública da

Bahia / Defensoria Pública da Bahia. -- 1. ed. -- Salvador: ESDEP,

2024.

8

0 f.: il.

1

. Plano de propostas. 2. Índices de letalidade. 3. Intervenções

policiais - Bahia. 4. Segurança e políticas públicas. I. Título.

CDU: 342.72/.73

Ficha catalográﬁca elaborada por Jéssica Pimenta Soares dos Santos - CRB-5/2150

Defensoria Pública do Estado da Bahia

www.defensoria.ba.def.br

Escola Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia

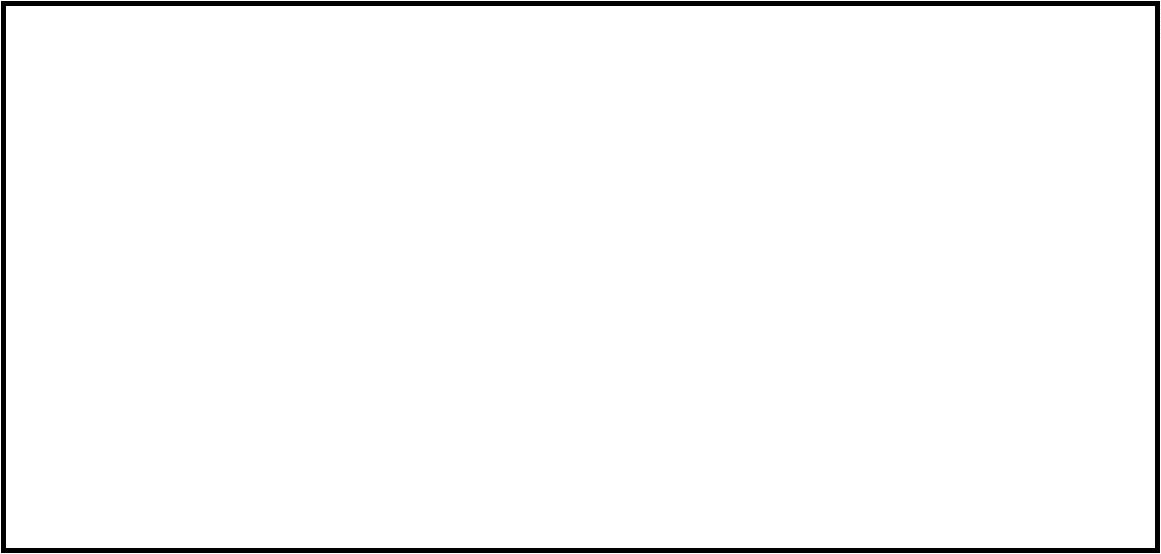
esdep@defensoria.ba.def.br

Tel.: (71) 3117-6918

Defensoria Pública do Estado da Bahia

Avenida Ulisses Guimarães, nº 3.386, Edf. Multicab Empresarial

CEP – 41.219-400, Sussuarana, Salvador-BA



Defensora pública geral do Estado da Bahia

Firmiane Venâncio do Carmo Souza

Subdefensora pública geral do Estado da Bahia

Soraia Ramos Lima

Coordenadora das Defensorias Públicas Especializadas

Donila Ribeiro Gonzalez de Sá Fonseca

Coordenador das Defensorias Públicas Regionais

Walter Nunes Fonseca Junior

Diretora da Escola Superior da Defensoria Pública da Bahia

Diana Furtado Caldas

Coordenadoras da Defensoria Pública

Especializada de Direitos Humanos

Eva dos Santos Rodrigues

Lívia Silva de Almeida

APRESENTAÇÃO

Dados divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública na 17ª edição do

Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado no mês de julho de 2023, evi-

denciam que o Brasil registrou, no ano de 2022, 47.452 mortes violentas intencionais

(MVI) - categoria que agrega as vítimas de homicídio doloso, feminicídios, roubos

seguidos de morte, lesão corporal seguida de morte e as mortes decorrentes de in-

tervenções policiais - atingindo uma taxa de mortalidade na marca de 23,4 por grupo

de 100 mil habitantes.

O Estado da Bahia, o segundo mais letal do Brasil, registrou total de 6.659 mortes

violentas intencionais, atingindo a taxa de mortalidade de 47,1 por 100 mil, ou seja,

mais que o dobro da média nacional.

Em relação ao número de mortes decorrentes de intervenções policiais, o Estado da

Bahia também aparece no ranking nacional como o segundo Estado da federação

com o maior quantitativo de pessoas mortas em intervenções policiais: esse número

saltou de 1.335 em 2021 para 1.464 mortes no ano de 2022. A taxa de mortalidade

registrada é de 10,4 por 100 mil habitantes. A média nacional é de 3,2 por 100 mil.

Isso signiﬁca que só o estado da Bahia é responsável por 22,77% da letalidade po-

licial do país, ou seja, um a cada cinco mortos pela polícia no Brasil são executados

por um policial baiano.

No contexto estadual, tendo em vista as mortes violentas intencionais (6.659, em

2022), a polícia baiana foi responsável por 21,98% das mortes no estado, um a cada

cinco baianos mortos foi executado por um policial baiano.

Como se não bastasse, as 4 cidades mais violentas do Brasil com população aci-

ma de 100.000 habitantes se situam na Bahia. São elas: Jequié, Santo Antônio

de Jesus, Simões Filho e Camaçari. Dentre as 20 cidades mais violentas do Brasil,

1

1 estão na Bahia.

Em relação ao perﬁl étnico-racial das vítimas, 76,5% dos mortos eram negros, que

constituem o principal grupo vitimado pela violência independente da ocorrência

registrada, mas chegam a 83,1% das vítimas de intervenções policiais.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

Segundo o Instituto Fogo Cruzado, de 01 janeiro até 31 de julho de 2023, foram

registrados 970 tiroteios em Salvador e Região Metropolitana (RMS). Neles, 745

pessoas morreram. Dos 970 confrontos, 352 ocorreram em ações policiais. Ou seja,

as forças de segurança estão envolvidas em um a cada três episódios envolvendo

violência armada, que no primeiro semestre resultaram em uma média de 47 pes-

soas baleadas por mês; 66 mortos em 18 chacinas policiais; 54 baleados em 71 per-

seguições policiais com tiros; 12 vítimas de bala perdida; 7 adolescentes, 4 crianças

e 3 idosos baleados.

Somente no mês de setembro de 2023, Salvador e Região Metropolitana (RMS)

registraram mais que o triplo de mortes em confrontos com policiais do que Rio

de Janeiro e Recife juntos. Naquele mês, 177 pessoas foram baleadas na Bahia, 137

morreram e 40 ﬁcaram feridas. Dessas, 46% foram atingidas em ações policiais.

Foram registrados em Salvador e Região Metropolitana, 74 tiroteios em ações policiais,

que resultaram na morte de 72 pessoas e deixaram 13 feridas. Entre os mortos, 31 deles

foram atingidos nas cinco grandes operações policiais que ocorreram no período.

Relatório anual do instituto, do ano de 2023, reforçou a premissa de que a Bahia

tem uma das polícias mais violentas do Brasil. 37% dos 1.804 tiroteios mapeados

ao longo do ano aconteceram durante ações e operações policiais. Entre os 1.783

baleados, 639 foram atingidos em ações e operações policiais, indicando que 36%

dos baleados foram atingidos nestas circunstâncias.

Infelizmente, o ano de 2024 não começou diferente, já que nos primeiros quatro me-

ses, 225 pessoas foram baleadas durante ações policiais em Salvador e na região me-

tropolitana. Somente em janeiro, 1/3 (um terço) das 116 pessoas mortas a tiro foram

vítimas da polícia. No último dia 27 de maio, diversos sites de notícias1 replicaram

a informação de que Salvador ﬁcou na 10ª posição entre as capitais mais perigosas

do mundo para se viver, segundo o estudo “indicador de Crime 2024” da plataforma

Numbeo.com2, anualmente divulgado. O índice de criminalidade alcançado foi de

76,8%. No ranking nacional, só perde para o Rio de Janeiro.

Essa realidade alarmante - denunciada em dados ao longo dos anos pelas pesquisas

tem sido observada cotidianamente pelas Defensoras e Defensores Públicos do

-

Estado da Bahia em seus atendimentos ordinários, em todas as áreas de atuação.

Internamente, a Defensoria Pública enfrenta grande diﬁculdade para lidar individual-

mente com esse problema, que atinge majoritariamente o público alvo da Instituição

1

https://www.bahianoticias.com.br/noticia/292721-ranking-internacional-aponta-salvador-como-10a-capital-mais-perigosa-

-do-mundo-conﬁra-lista;

https://www.bnews.com.br/noticias/turismo/salvador-esta-entre-cidades-mais-perigosas-do-mundo-indica-mostra.html;

2

https://pt.numbeo.com/criminalidade/pa%C3%ADs/Brasil



Plano de Redução da Letalidade Policial da Defensoria Pública da Bahia

-

homens jovens, pobres, negros, periféricos, de baixa escolaridade - a começar

pela enorme resistência da vítima ou de seus familiares em reportar a demanda

às autoridades competentes e, principalmente, pelo baixo índice de efetividade da

resposta oferecida: ainda que haja apuração e processo instaurado, raramente os

agentes envolvidos na ação violenta recebem algum tipo de punição.

Assim, por ser um fenômeno extremamente complexo, cuja solução exige a adoção

de estratégias e integração entre órgãos públicos, sistema de justiça e diversos se-

tores da sociedade civil, é que a Defensoria Pública, instituição essencial à função

jurisdicional do Estado, a quem incumbe, como expressão e instrumento do regime

democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos hu-

manos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos indivi-

duais e coletivos dos vulneráveis, tem atuado- para além dos casos individuais- na

articulação de propostas para a construção de um modelo de segurança pública

mais efetivo e menos letal.

Em 2019, a Instituição publicou a cartilha “O que você precisa saber sobre aborda-

gem policial” , a ﬁm de que todas as pessoas conheçam seus direitos e deveres numa

abordagem policial, contribuindo para uma política de segurança compreendida e

respeitada . Esse documento circulou em muitos locais, com a ajuda de defensoras e

defensores das comarcas da capital e interior, bem como com o apoio fundamental

da Ouvidoria Cidadã da Defensoria Pública. Revisado em 2021, em parceria com o

Comando Geral da Polícia Militar do Estado da Bahia, as orientações seguiram e

seguem sendo divulgadas e a cartilha utilizada, muitas vezes, como instrumento de

salvaguarda frente a abordagens potencialmente truculentas.

Já no ano de 2022 foi publicado o documento “13 medidas para a redução das inter-

venções policiais com resultado morte no Estado da Bahia”, com ações que podem

ser adotadas para reduzir a ocorrência de intervenções policiais com resultado morte.

Além disso, a Coordenação da Defensoria Especializada de Proteção aos Direitos

Humanos intensiﬁcou sua atuação junto ao Poder Público, acompanhando casos

especíﬁcos de violência institucional, cobrando celeridade na implementação das câ-

meras corporais nas fardas da polícia baiana, solicitando informações sobre números

da atuação policial no Estado e participando de inúmeras reuniões com secretários

de Estado, corregedores e integrantes dos comandos das polícias.

Em outubro de 2023, a partir de provocação da Defensoria Pública do Estado,

do Conselho Estadual de Proteção aos Direitos Humanos, das Organizações da

Sociedade Civil IDEAS - Assessoria Popular, Instituo Fogo Cruzado, Iniciativa Negra

por uma nova política sobre drogas, Instituto Odara, Movimento Negro Uniﬁcado

(MNU) e do Ministério Público Estadual foi realizada audiência pública para debater

políticas públicas de enfrentamento aos índices de letalidade policial na Bahia.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

Na oportunidade, com o intuito de transmitir à administração pública os anseios da

sociedade civil, a Defensoria Pública do Estado lançou Edital de chamada de propos-

tas para colaborar com a redação do documento que ora é apresentado.

Enviaram suas colaborações: Iniciativa Negra por uma nova Política sobre drogas,

Instituto Fogo Cruzado, Manifesta Coletiva, Movimentos Negros da Bahia, Fundação

Academia Paulista de Direito, Laboratório de Políticas Públicas e Internet (Lapin),

Centro de Estudos em Segurança e Cidadania (CESeC), Programa de Estudos

Pesquisas e Formação em Políticas de Gestão de Segurança Pública (Progesp) da

Universidade Federal da Bahia, Coletivo Incomode - Contra o Genocídio e o Extermínio

da Juventude Negra, Marcha do Empoderamento Crespo, Negritude Sussuarana,

Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (Mupoiba), Centro

Cultural Mamulengo (CMM), Centro de Referência Integral para Adolescentes (Cria)

e Sindicato dos Peritos Papiloscopistas.

Algumas propostas apresentadas pela sociedade civil já constavam da relação de

medidas elencadas pela Defensoria Pública, a exemplo, dentre outras, do uso de

câmeras corporais pelos agentes de segurança; outras foram acrescentadas e identi-

ﬁcadas ao longo do texto, com a indicação da entidade proponente.

Entendemos que o presente documento pode ser aprimorado e novas propostas adi-

cionadas, com vistas a contribuir para a construção de um plano que efetivamente

atenda o propósito de diminuir os índices de letalidade em nosso estado.

Nesta publicação, a Defensoria Pública do Estado da Bahia reitera propostas já veicu-

ladas no documento “13 medidas para redução das intervenções policiais com resul-

tado morte” e incorpora outras extraídas e/ou inspiradas nas propostas da Defensoria

Pública do Rio de Janeiro para o "Plano de Redução da Letalidade Policial e Controle

das Violações de Direitos Humanos pelas Forças Policiais Fluminenses" e no Parecer

sobre o Plano da Redução da Letalidade Policial do Rio de Janeiro do Grupo de

Trabalho intitulado “Polícia Cidadã - Redução da Letalidade Policial”, instituído pelo

Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

As propostas foram agrupadas em 6 eixos: I – Atuação Preventiva no âmbito da

Segurança Pública; II- Atuação preventiva no âmbito do Sistema de Justiça; II -

Atuação preventiva nas áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho e es-

porte; IV - Atuação repressiva no âmbito da Segurança Pública; V - Atuação repres-

siva no âmbito do Sistema de Justiça; VI - Atuação no âmbito do Poder Legislativo.

No eixo VI - Atuação no âmbito do Poder Legislativo, com vistas a aperfeiçoar a

atuação das forças de Segurança Pública, a Defensoria Pública do Estado relaciona

propostas que devem ser apresentadas e aprovadas pela Assembléia Legislativa do

Estado da Bahia, colacionando, ao ﬁnal, as respectivas minutas de projetos de leis.



Plano de Redução da Letalidade Policial da Defensoria Pública da Bahia

Com esta publicação, a Defensoria Pública do Estado e importantes representações

da sociedade civil organizada apresentam suas contribuições para a confecção de

um Plano de Redução da Letalidade Policial no Estado da Bahia, que resulte na

implementação de políticas públicas que efetivamente diminuam números tão vio-

lentos em nosso Estado e garantam o direito à vida para todos os cidadãos.

Eva dos Santos Rodrigues

Defensora pública estadual

Coordenadora da Defensoria Pública Especializada de Direitos Humanos

Livia Silva de Almeida

Defensora pública estadual

Coordenadora da Defensoria Pública Especializada de Direitos Humanos

Bárbara Ravacci Macri Pires

Servidora da Defensoria Pública do Estado da Bahia



Plano de Redução da Letalidade Policial da Defensoria Pública da Bahia

SUMÁRIO

EIXO I - ATUAÇÃO PREVENTIVA NO

ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA...................................... 13

EIXO II - ATUAÇÃO PREVENTIVA

NO SISTEMA DE JUSTIÇA....................................................... 33

EIXO III - PREVENÇÃO NAS ÁREAS DE

ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, ESPORTE......................39

EIXO IV - ATUAÇÃO REPRESSIVA

NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA ................................43

EIXO V - ATUAÇÃO REPRESSIVA NO

ÂMBITO DO SISTEMA DE JUSTIÇA .......................................57

EIXO VI - ATUAÇÃO NO ÂMBITO

DO PODER LEGISLATIVO........................................................ 61

ANEXO - 01 ...............................................................................65

ANEXO - 02...............................................................................69

ANEXO - 03............................................................................... 71



Sobre o perﬁl dos adolescentes que cumprem Medida Socioeducativa nas CASES de Salvador/BA

EIXO I - ATUAÇ ÃO

PREVENTIVA

NO ÂMBITO DA

SEGURANÇA

PÚBLICA

Proposta 01. Elaboração de protocolos públicos de uso propor-

cional e progressivo da força e monitoramento de Procedimentos

Operacionais referentes às ações (operações e patrulhamentos)

em “áreas sensíveis”, com ênfase na regulamentação das ações

das unidades dos Batalhões de Operações Especiais e Rondas

Especiais, como por exemplo Bope, Rondesp, Caatinga.

1

3

Justiﬁcativa: Uma das diretrizes propostas pelo Fórum Brasileiro de Segurança

Pública é a “construção de uma doutrina nacional de uso da força para as polícias

federais, estaduais e municipais que possibilite controle proﬁssional de desempenho

e de riscos à integridade e de corrupção, responsabilização e segurança normativa-

-

procedimental na ação policial. Tal doutrina deve traduzir em normas domésticas

os diplomas da ONU que o Brasil é signatário, circunscrever os meios logísticos e os

modos táticos da ação policial com protocolos operacionais públicos e publicados,

nas ações convencionais e especializadas.”

Neste sentido, entendemos oportuno que se priorize a elaboração de protocolos com

o respectivo monitoramento das ações para as “áreas sensíveis”, que são as localida-

des com maior probabilidade de haver confronto armado. Além disso, em relação

à estrutura dos batalhões especiais, sugere-se que sejam regulamentadas as suas

ações, com especial ênfase na superação da cultura vinculada à morte.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

Considerando a divulgação do início do uso de câmeras corporais no uniforme dos

agentes de segurança pública no Estado, é crucial a elaboração e - uma vez já exis-

tentes - a publicização dos protocolos de uso proporcional e progressivo da força.

Tendo em vista que o uso da força é característica própria da atividade policial,

a corporação deve estar institucionalmente preparada para regular a sua gradação,

desde a elaboração de atos normativos, prevendo a padronização dos procedimen-

tos, passando pela formação e treinamento dos seus agentes, criação de programas

de apoio ao policial e a existência de mecanismos de controle interno e externo da

atividade policial.3

Além disso, tais protocolos devem prever o acompanhamento em tempo real das

operações com acesso às imagens das câmeras e do sistema de GPS através de uma

Sala de Monitoramento Ativo e confecção de relatórios pormenorizados das ações,

prévio (contendo o objetivo da incursão) e posterior (apresentando os resultados e se

os objetivos foram alcançados, bem como possíveis intercorrências).

Proposta 02. Realização de curso de formação continuada sobre

direitos humanos, racismo e relações étnico-raciais para integran-

tes da Polícia Militar, com a presença de instituições do Sistema

de Justiça, em especial a Defensoria Pública do Estado, Ministério

Público do Estado, Universidades, Ordem dos Advogados do

Brasil, e representações da sociedade civil integrantes dos movi-

mentos negro, LGBTQIAPN+, mulheres, população em situação

de rua, dentre outros grupos vulnerabilizados.

1

4

Proposta 03: Implementação de formação, letramento e capa-

citação permanente de agentes públicos para a eliminação de

políticas discriminatórias contra as artes públicas, principal-

mente no que tange às artes na rua (Proposta apresentada pela

Manifesta Coletiva).

Justiﬁcativa: Além de ter sido o último país do mundo a abolir a escravidão, na abo-

lição não foi pensada nenhuma política para ajudar os ex-cativos a iniciar a vida livre.

Pelo contrário, a legislação apenas criava diﬁculdades. Novas formas de controle da

população negra foram então implementadas, uma vez que o domínio senhorial

não existia mais. Nos séculos seguintes, pouca coisa mudou. Manifestações cultu-

rais da população negra foram criminalizadas: samba, capoeira, funk, rap, graﬁte.

3

Vide: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos/pspvo-

lume2/4-regulacoes-sobre-o-uso-da-forca-pelas-policias-militares-do-estados-de-sp-e-pe-2.pdf



Plano de Redução da Letalidade Policial da Defensoria Pública da Bahia

Lideranças políticas passaram décadas propondo estratégias de “branqueamento” da

população. De forma discreta, a nossa fala passou a incorporar termos como “cabelo

ruim”, “preto de alma branca”, “denegrir”4, que sempre associavam a pele escura a

características negativas e a pele clara à virtude. O resultado não poderia ser outro.

O Brasil tem o racismo espalhado por todas as suas instituições. Todas, sem exceção.

Nosso trabalho é lutar contra ele, sempre. Nas instituições policiais ainda hoje esta-

mos tentando demonstrar que muitas abordagens policiais truculentas ocorrem em

razão da discriminação racial. Tanto quem atira quanto quem morre são negros e por

isso estamos nesse processo de convencimento de que a violência policial é fruto do

racismo. Além disso, a própria aﬁrmação do racismo gera um sentimento de confor-

mismo e de isenção de responsabilidade das autoridades políticas que têm o dever

de combater e modiﬁcar essa realidade. Justamente por não ser uma tarefa simples,

necessitamos de uma formação verdadeiramente antirracista e mais aprofundada.

Neste sentido, propõe a realização de cursos, seminários e debates sobre racismo e

relações étnico-raciais no processo de formação dos agentes de segurança pública

de forma periódica e obrigatória, com critérios de avaliação ligados a incentivos fun-

cionais, sendo ministrado por pessoas estranhas às instituições de segurança pública

especíﬁcas e que tenham relevante atuação e experiência no tema.

1

5

Também neste quesito, propõe-se a abertura da Instituição Polícia Militar da Bahia

ao diálogo, sensibilização e formação continuada sobre masculinidades, bem como

a realização de debates e campanhas internas de fortalecimento da identidade negra

dos policiais, tendo a sociedade civil como parte dos interlocutores destas atividades

(Proposta da Ouvidoria Externa da Defensoria Pública do Estado da Bahia).

Proposta 04. Elaboração de protocolos públicos de abordagem

policial e busca pessoal, para fazer constar medidas que visem a

minimizar a prática de ﬁltragem racial, em conformidade com o

decidido pelo Superior Tribunal de Justiça no RHC 158.580/BA.

Justiﬁcativa: O racismo institucional nas forças de segurança pública é de notório

conhecimento em nosso país. Prova disso é que as pessoas negras, apesar de so-

marem 56,1% da população brasileira (IBGE), representam 68,2% dos presos nas

cadeias nacionais (Anuário Brasileiro de Segurança Pública). O fato é que o Estado

mira pessoas negras e exerce maior controle social sobre elas. Basta se atentar para

os dados do Relatório das Audiências de Custódia em Salvador em 2022, publicado

pela DPE-BA5. Segundo o levantamento, 91,5% das pessoas presas se autodeclaram

pretas ou pardas, ante 3,9% de pessoas brancas. No total, dos 2.753 casos analisados,

4

5

Veja outros exemplos no “Dicionário de Expressões (anti)racistas - E como eliminar as microagressões do cotidiano”, [https://](https://www.defensoria.ba.def.br/wp-content/uploads/2021/11/sanitize_231122-031735.pdf)

[www.defensoria.ba.def.br/wp-content/uploads/2021/11/sanitize\_231122-031735.pdf](https://www.defensoria.ba.def.br/wp-content/uploads/2021/11/sanitize_231122-031735.pdf)

https://www.defensoria.ba.def.br/wp-content/uploads/2023/10/sanitize\_051023-053206.pdf



Defensoria Pública do Estado da Bahia

2

.518 pessoas se declararam negras, enquanto apenas 107 se identiﬁcaram como

brancas. Além disso, os registros de atendimentos realizados em 2022 mostram que

as pessoas negras são as maiores vítimas das abordagens policiais violentas.

No tema da abordagem policial, é possível constatar que a cor da pele norteia a atua-

ção dos agentes de segurança, sendo acessórios os demais elementos, como origem

social, gênero e idade. Neste contexto, a convicção da fundada suspeita do agente

policial é desencadeada fundamentalmente pela cor da pele do cidadão.

Importante ressaltar que a recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em

especial da Sexta Turma, tem se posicionado de forma ﬁrme, declarando a nulidade

de abordagens e, por conseguinte, das provas obtidas, diante da manifesta ausência

de fundada suspeita, em casos de seletividade racial, sob o argumento de que a mera

alegação genérica de "atitude suspeita" é insuﬁciente para a licitude da busca pessoal.

Tais decisões recentes têm avançado no sentido de descortinar o racismo institucio-

nal e estrutural, que funcionam como balizadores da seletividade racial promovida

pelos agentes de segurança pública e, por vezes, referendada pelos demais atores

do sistema de Justiça. Importante citar, ainda, a orientação normativa, presente no

Manual do Conselho Nacional de Justiça para Tomada de Decisão na Audiência de

Custódia6, no seguinte sentido: “Reconhecendo o perﬁlamento racial nas aborda-

gens policiais e, consequentemente, nos ﬂagrantes lavrados pela polícia, cabe então

ao Poder Judiciário assumir um papel ativo para interromper e reverter esse quadro,

diferenciando-se dos atores que o antecedem no ﬂuxo do sistema de justiça crimi-

nal”. E, mais: “Parte-se aqui de uma formulação incisiva. Diante de uma pessoa ne-

gra, qualquer menção a “atitude suspeita” ou expressões equivalentes no APF revela

perﬁlamento racial e deve gerar o relaxamento do ﬂagrante. O mesmo deve ocorrer

no tocante às hipóteses legais do ﬂagrante que indicam “presunção de autoria” (art.

1

6

3

02, III e IV). Para reverter o quadro de sobrerrepresentação, estabelece-se possibili-

dades interpretativas das normas processuais aptas a gerar o resultado (aﬁrmativo)

do relaxamento do ﬂagrante.”

Neste sentido, para investir na educação em direitos, a DPE-BA produziu a cartilha

“O que você precisa saber sobre abordagem policial”7, uma publicação de leitura

simples e didática que informa aos cidadãos quais seus direitos e deveres caso sejam

abordados pela polícia, além dos limites da lei que uma abordagem deve respeitar.

Proposta 05. Realização de censo interno nas corporações poli-

ciais para escuta de todos os servidores a ﬁm de identiﬁcar as

6

7

“Manual sobre Tomada de Decisão na Audiência de Custódia”. CNJ. 2020. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/

uploads/2020/10/Manual\_juridico\_aud.custodia-1-web.pdf.

Acesse aqui: <https://www.defensoria.ba.def.br/wp-content/uploads/2021/07/sanitize_140624-011206.pdf>



Plano de Redução da Letalidade Policial da Defensoria Pública da Bahia

principais demandas e adotar medidas voltadas à melhoria das

condições de trabalho dos agentes de segurança.

Justiﬁcativa: Para a identiﬁcação segura e consequente elucidação dos problemas

estruturais que afetam o exercício da atividade policial, é essencial a escuta qualiﬁ-

cada dos membros das corporações que sofrem diariamente em razão da precarie-

dade das condições de trabalho. Um diagnóstico preciso e atual, a partir da oitiva

dos próprios servidores afetados, revela-se fundamental para o aprimoramento das

condições laborais dos agentes de segurança.

Proposta 06. Fortalecimento de serviços de acolhimento e aten-

ção psicossocial, com providências necessárias para atendimen-

to, prevenção e mitigação dos problemas relacionados à saúde

mental dos servidores, com a previsão de exames periódicos

para todos os policiais, em especial, àqueles envolvidos em si-

tuações de conﬂito com resultado morte.

Justiﬁcativa: A vitimização policial produz doenças psíquicas e afecções psicosso-

máticas nos agentes de segurança. As lesões e traumas produzidos no organismo,

de ordem psíquica, neurológica, cardíaca, dentre tantas, impõem ao Poder Público

que oferte tratamento adequado, contínuo e de qualidade. Esses fatos traumáticos

e complexos ultrapassam os limites do expediente proﬁssional e estendem-se a sua

vida social, afetiva e familiar. A par disso, a falta de recursos materiais e de equipa-

mentos adequados, o trabalho excessivo e o risco de ser ferido e morto contribuem

para a desarmonia e o desajuste de sua saúde mental.

1

7

Dados do 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostram que, em 2022,

82 policiais se suicidaram. Entretanto, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública apon-

ta que esses dados são precários e o número pode ser muito maior. “Seja qual for o

motivo das secretarias estaduais ou das polícias não compartilharem as informações

ou não terem a prática de sistematizá-las, não falar dos números e, portanto, não dar

visibilidade a eles, não protege os policiais”, destaca o documento. Neste sentido, o

estudo também aﬁrma ser “importante frisar e incentivar que as organizações policiais

tenham uma noção mais ampla do contexto da vitimização de policiais e que não se

restrinja o olhar apenas aos policiais que morrem, mas aos que adoecem também”.

É preciso expandir o atendimento psicossocial atualmente prestado para policiais

militares pelo Departamento de Promoção Social, por meio da Coordenação de



Defensoria Pública do Estado da Bahia

Assistência Psicológica, sendo fundamental, neste passo, a realização de campa-

nhas de incentivo e retirada de estigmas acerca da busca por atendimento psicoló-

gico dentro da corporação\* (\*Proposta apresentada pela Ouvidoria Externa da Defensoria

Pública do Estado da Bahia).

Proposta 07. Necessidade de construção de Diretrizes e

Regulamentação do uso de câmeras corporais por agentes de

segurança, de modo a garantir parâmetros mínimos de trans-

parência e legitimidade das ações dos órgãos integrantes do

Sistema Único de Segurança Pública.

Justiﬁcativa: Com o intuito de colaborar com o processo de implantação das câme-

ras aqui na Bahia, a Defensoria Pública do Estado, em julho de 2021, emitiu Nota

Técnica sobre a decisão do Superior Tribunal de Justiça em sede do HC nº 598.051-

SP8, que impunha o aparelhamento do Estado para a execução da busca domiciliar.

O documento foi entregue ao Grupo de Trabalho criado no âmbito da Secretaria de

Segurança Pública para, dentre outras atribuições, elaborar estudos e propostas no

sentido de implantar a utilização de câmeras de monitoramento em viaturas e cole-

tes (cf. vide Portarias nº 080/2001 e 099/2001 da SSP/Ba).

1

8

Ainda em contribuição ao trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho instituído pela

SSP/BA, a Defensoria Pública do Estado da Bahia, em consulta realizada pelo citado

grupo, emitiu o PARECER DPE NI/DH nº 001/2021, elaborado pela Coordenação

Penal do Núcleo de Integração da DPE-BA e pela Coordenação Especializada de

Proteção aos Direitos Humanos, opinando pela constitucionalidade da criação de

lei especíﬁca, de iniciativa do executivo estadual, que venha disciplinar a compra e

a necessidade de uso e acesso aos dados coletados por equipamento de ﬁlmagem

individual e em equipamentos utilizados pelas forças de segurança.

Finalmente, em maio de 2024, o Governo do Estado anunciou o início da imple-

mentação de câmaras corporais operacionais nas fardas dos agentes das Forças de

Segurança. Uma vez iniciado o uso de tais equipamentos, se faz necessário vencer

importantes questões para que a utilização das câmeras corporais alcance, efetiva-

mente, os benefícios anunciados.

De início, a Defensoria Pública reitera que a utilização de tais equipamentos não

pode servir de justiﬁcativa para a não adoção de um debate mais amplo e profundo

sobre o modelo de segurança pública adotado pelo Estado Brasileiro. Neste passo,

8

O conteúdo decisório ﬁrmado pela 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça no HC nº 598.051-SP foi anulado pelo Min.

Alexandre de Moraes no julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.342.077/SP, em dezembro de 2022. As recomendações

exaradas na Nota Técnica da DPE/BA acerca do uso de câmeras policiais, contudo, permanecem válidas.



Plano de Redução da Letalidade Policial da Defensoria Pública da Bahia

é preciso reconhecer, ainda, que o uso de câmeras corporais não tem condão, por si

só, de resolver o grave problema da violência policial vivenciado no Estado da Bahia.

Assim, destacamos abaixo pontos relevantes em reforço às normativas publicadas

sobre o tema (Portaria Conjunta nº 02, publicada no DOE de 09/03/2024; Portaria

Conjunta nº 03/2024, publicada no DOE de 22/03/2024; Portaria SSP nº 084, pu-

blicada no DOE de 23/03/2024; Protocolo Operacional Padrão nº 001/2024 e a

Diretriz Operacional Padrão nº 008/2024 publicados pela PMBA em 19/04/2024):

a) Todas as ações policiais devem ser gravadas e efetivamente armazenadas. A gra-

vação das operações, além de se caracterizar como boa prática administrativa, na

medida em que consagra o princípio da publicidade, é medida civilizatória;

b) A gravação deve ocorrer por turno ininterrupto, sem possibilidade de o policial

desligar a câmera e deve ser de vídeo e áudio;

c) Para a realização eﬁciente da gravação, a câmera deve ser instalada no colete do

agente, em região que dê visibilidade à ocorrência, e com mecanismo seguro;

d) As imagens gravadas devem ser disponibilizadas de forma integral e contínua,

sem segmentos ou cortes, sob pena de violação à cadeia de custódia e aos pró-

prios ﬁns a que se destinam;

1

9

e) As gravações devem ser mantidas no portal externo pelo período mínimo de 1(um)

ano quando for caso de morte em decorrência de intervenção policial ou registro

de ocorrência. Se houver pedido indicando que servirá de prova judicial, o arma-

zenamento deve ser pelo tempo que for necessário;

f) O Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Civil, Defensoria Pública e advogados

na função de defesa das pessoas cuja ação foi ﬁlmada devem ter acesso às imagens.

Como regra, sugere-se o acesso direto pelo portal, independente de requisição;

g) necessário estabelecer prazo máximo para disponibilização das imagens após a

solicitação, que, considerando o estabelecido no Código de Processo Penal para

resposta à acusação e sentença, sugerimos ser de 10 (dez) dias;

h) No caso de morte em decorrência de intervenção policial, as imagens devem

ser automaticamente disponibilizadas para Polícia Civil e Ministério Público,

e Defensoria Pública;

i) O armazenamento das imagens deve ocorrer em órgão centralizado, e não por

batalhões, para facilitar a transparência e acesso;



Defensoria Pública do Estado da Bahia

j) Deve ser indicada a autoridade responsável pelo tratamento dos dados e custódia

dos conteúdos audiovisuais;

k) Deve haver previsão de falta funcional em caso de descumprimento das regras

para o acionamento das câmeras corporais;

l) É necessária a criação de ferramenta de transparência ativa, permitindo uma audi-

tagem independente dos procedimentos e do banco de imagens;

m) Para implementação progressiva das câmeras corporais, sugere-se que sejam

priorizados batalhões com maior índice de letalidade;

n) A criação de comitês estaduais para acompanhamento e monitoramento da

política de câmeras com participação de órgão de controle externo, como o

Ministério Público, Ouvidoria da Polícia e de defesa de direitos humanos, como as

Defensorias Públicas.

Cumpre lembrar, por ﬁm, a necessidade de observância ao quanto disposto na

Portaria nº 648/20249, publicada no dia 28 de maio de 2024, pelo Ministério da

Justiça e Segurança Pública, que estabelece diretrizes sobre o uso de câmeras cor-

porais pelos órgãos de segurança pública, especialmente no que refere às hipóteses

de utilização dos equipamentos, procedimentos a serem adotados durante o uso,

integridade, armazenamento e acesso dos registros audiovisuais.

20

Proposta 08. Alteração da Lei estadual 12.371, de 21 de dezem-

bro de 2011, que institui o sistema de deﬁnição e acompanha-

mento de metas para o indicador estratégico e outros indica-

dores de controle de criminalidade na Bahia, estabelece regras

para a concessão do prêmio por desempenho policial, e dá ou-

tras providências, para incluir a redução do número de autos

de resistência/intervenções policiais com resultado morte como

indicador para ﬁns de concessão do Prêmio por Desempenho

Policial – PDP.

Justiﬁcativa: A instituição de prêmios por desempenho tem sido muito utilizada pelo

Poder Executivo das diversas unidades da federação como instrumento de fomento

e melhoria na prestação do serviço público.

9

https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/201csalto-civilizatorio201d-diz-lewandowski-sobre-novas-diretrizes-de-uso-

-de-cameras-corporais/PORTARIA648de2024.pdf



Plano de Redução da Letalidade Policial da Defensoria Pública da Bahia

Criado em 2011, mesmo ano de lançamento do Plano Estadual de Segurança Pública

e da criação do Pacto pela Vida, o Prêmio por Desempenho Policial – PDP foi ins-

tituído na Bahia pela Lei nº 12.371, de 21 de dezembro de 2011, e disciplinado pela

Lei nº 13.719, de 07 de abril de 2017, como forma de reconhecer o desempenho de

policiais no Estado da Bahia. O Decreto nº 17.817, de 07 de agosto de 2017, por sua

vez, regulamenta o Prêmio por Desempenho Policial - PDP, e dá outras providências.

Conforme a regulamentação, o PDP será atribuído em parcela de caráter eventual

aos servidores das carreiras de Delegado de Polícia Civil, Perito Criminal, Perito

Médico Legista, Perito Odonto-legal, Investigador de Polícia Civil, Escrivão de Polícia

Civil, Perito Técnico, Oﬁciais da Polícia Militar e Praças da Polícia Militar, bem como

aos ocupantes de cargos comissionados em exercício na Secretaria da Segurança

Pública, na Polícia Civil do Estado da Bahia ou na Polícia Militar da Bahia, em função

do desempenho no alcance de metas pré-estabelecidas de redução do número de

vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais, os chamados CVLI.

Para os ﬁns do mencionado decreto, consoante o seu § 2º, são considerados CVLI:

I - homicídio doloso: o caput e os §§ 1º e 2º, todos do art. 121 do Código Penal

Brasileiro; II - roubo qualiﬁcado pelo resultado morte - parte ﬁnal do § 3º do art. 157

do Código Penal Brasileiro, e III - lesão corporal seguida de morte: § 3º do art. 129 do

Código Penal Brasileiro.

21

O artigo 16, do Decreto nº 17.817/2017, estabelece que a Secretaria de Segurança

Pública deverá aferir o alcance da meta de redução percentual do número de vítimas

de CVLI com base nos números absolutos desse crime ocorridos no Estado da Bahia

no semestre base comparativamente com o semestre de referência, na forma que

dispuser ato normativo especíﬁco.

Em que pese a existência de ressalvas quanto ao modelo de sistema de gratiﬁcações,

sobretudo no que se refere à adoção de práticas típicas do mundo empresarial na

arena pública (FREITAS, 2015), a Defensoria Pública do Estado propõe o estabeleci-

mento da redução dos números de intervenções policiais com resultado morte como

mais um critério indicativo e objetivo para concessão do Prêmio por Desempenho

Policial – PDP.

Acredita-se que, com a atualização dos critérios da gratiﬁcação nos moldes sugeri-

dos, haverá potencial redução do índice de mortes em decorrência de intervenção

policial, gerando, via de consequência, uma atuação policial menos violenta, permi-

tindo-se, em última análise, maior transparência na coleta de dados estatísticos.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

A pesquisa realizada pelo professor Sandro Cabral10, titular do Insper e da UFBA,

sobre o programa de metas no Estado do Rio de Janeiro conﬁrma a aﬁrmação aci-

ma, eis que a mesma demonstrou uma resposta positiva na redução de letalidade

violenta nos casos de inclusão dos autos de resistência no programa de metas.

Propugna-se, desse modo, que seja dada continuidade ao diálogo iniciado entre

Defensoria Pública do Estado, Comando da Polícia Militar do Estado da Bahia e

Professor Sandro Cabral, em abril de 2021, a ﬁm de que sejam adotadas as providên-

cias necessárias para a implementação de tal medida.

A importância desta medida já vem sendo apontada pela Defensoria desde 2022

com a publicação do documento “13 medidas para a redução das intervenções poli-

ciais com resultado morte no Estado da Bahia”.

Proposta 09. Criação de estrutura semelhante ao Instituto de

Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP/RJ) (Proposta apre-

sentada pelo professor da UFBA Sandro Cabral).

Justiﬁcativa: É repisada a importância da obtenção e análise de dados para a criação

de políticas públicas efetivas em segurança pública. Neste sentido, o instituto teria

como objetivo produzir informações e disseminar pesquisas e análises para subsidiar a

implementação de políticas públicas de segurança, além de possibilitar a participação

social na construção dessas políticas. É importante que o órgão possa atuar de forma

autônoma, garantindo um sistema de informações e registro conﬁável e acessível.

2

2

Proposta 10. Implementação das medidas constantes na Carta

Compromisso resultante do Workshop “(Re)Alinhando Dados”,

promovido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da

Bahia em articulação com organizações da sociedade civil.

Justiﬁcativa: No documento “13 medidas para a redução das intervenções poli-

ciais com resultado morte no Estado da Bahia”, a Defensoria Pública da Bahia já

sinalizava a necessidade de aumento da transparência dos dados da Secretaria de

Segurança Pública como forma de propiciar a produção de dados para formulação

de políticas públicas.

A melhora na produção de dados sobre segurança pública é necessária para que

sejam elaboradas políticas públicas mais assertivas nesta seara. Informações reais e

seguras, quando analisadas, reunidas, detalhadas e sobretudo apresentadas aos ór-

1

0 https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2020/11/20201113\_working-paper\_incentives-police.pdf



Plano de Redução da Letalidade Policial da Defensoria Pública da Bahia

gãos necessários e à sociedade civil, são responsáveis por decisões governamentais

menos arbitrárias e, portanto, mais democráticas e constitucionais.

A persistência da letalidade policial como dilema de segurança pública encontra cau-

sa, dentre outros fatores, nas pseudo-soluções montadas pelo aparato estatal, majo-

ritariamente pautadas em discursos e ideologias que não encontram base cientíﬁca.

É importante salientar que o uso de dados empíricos para entender as necessidades

da segurança pública e construir as circunstâncias de seu desenvolvimento só se

torna possível quando eles são devidamente expostos e explorados, ao contrário do

que hoje acontece no Estado da Bahia.

Como se vê, a partir de mero acesso ao site da Secretaria de Segurança Pública

Estadual, muito pouco se consegue inferir a respeito da atividade desenvolvida pelas

Polícias locais. Não há informações, por exemplo, que deem conta da quantidade de

intervenções policiais com resultado morte, nem exposição de outros dados a partir

de uma perspectiva interseccional, ou seja, que contemple marcadores sociais de

gênero, raça e classe para propiciar uma adequada interpretação dos números que

eventualmente sejam publicados.

23

Políticas públicas de segurança formuladas tendo como parâmetro a avaliação dos ca-

sos, perﬁs e cenários responsáveis pela violência policial tendem à otimização de recur-

sos (sejam eles monetários, materiais, humanos etc.), à eﬁciência e eﬁcácia. É preciso

conhecer os policiais envolvidos, bem como as vítimas e suas raças, gêneros e classes,

determinantes nesta conjuntura nacional indiscutivelmente desigual e intolerante.

A transparência de dados pela Secretaria de Segurança Pública, com expressa solici-

tação de publicização mensal e periódica dos dados relacionados à segurança pública

no Estado da Bahia, consiste, ainda, em reivindicação importante da sociedade civil.

Neste momento, após a realização do workshop “(Re)Alinhando dados”, promovido

pela SSP, em outubro de 2023, em articulação com organizações da sociedade civil,

a defensoria se propõe a sustentar junto à Secretaria a implantação das 10 (dez)

propostas apresentadas ao ﬁnal do seminário.

Superada a proposta 01 da Carta Compromisso, com a criação de GT (Re)Alinhando

Dados, por meio da Portaria nº 320/23, e da nomeação de seus integrantes (Portaria

074/24), necessário se faz a continuidade dos trabalhos do grupo de trabalho de

modo a alcançar a implementação das demais propostas de aprimoramento dos

dados produzidos pela Segurança pública.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

Proposta 11. Fomentar a criação de Conselhos Municipais de

Segurança Pública, Fundos Municipais de Segurança Pública,

Planos Municipais de Segurança Pública e de instrumentos de

transparência e controle, tais como ouvidorias, e a integração ao

Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública – SINESP.

Justiﬁcativa: A Lei Federal nº 13.675/2018, que instituiu a Política Nacional de

Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e criou o Sistema Único de Segurança

Pública (SUSP), trouxe diversas obrigações para os Municípios como integrantes

estratégicos do SUSP, prevendo a necessidade da criação de Conselhos Municipais

de Segurança Pública, Fundos Municipais de Segurança Pública, Planos Municipais

de Segurança Pública e Defesa Social, e de instrumentos de transparência e con-

trole tais como ouvidorias e a integração ao Sistema Nacional de Informações de

Segurança Pública – SINESP.

A lei traçou um novo arranjo interfederativo na segurança pública, a partir da corres-

ponsabilização dos três níveis de governo, mediante atribuições complementares e

integradas entre si. Assim, os Municípios passaram a ser protagonistas e “integrantes

estratégicos do SUSP”, seguindo a tendência de descentralização e municipalização

das políticas públicas consagradas pela Constituição da República de 1988 e legisla-

ção infraconstitucional.

24

Sob essa nova perspectiva, é importante que seja fomentado, a nível municipal, a

criação de Conselho de Segurança Pública com ampla participação da sociedade civil11,

de um Fundo Municipal que reúna recursos para a área, além de privilegiar a criação

de instrumentos de transparência e controle da atuação de sua Guarda Civil Municipal.

Proposta 12. Estabelecer a participação paritária da socieda-

de civil no Conselho Estadual de Segurança Pública, além do

fortalecimento de todos os Conselhos Estaduais de Direitos e

Controle Social.

Justiﬁcativa: Atualmente, de acordo com a Lei Estadual 14.169/2019, o Conselho

Estadual de Segurança Pública do Estado da Bahia é composto por: Secretário

da Segurança Pública, que o preside; Secretário de Administração Penitenciária e

Ressocialização; Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar; Comandante-

Geral da Polícia Militar; Delegado-Geral da Polícia Civil da Bahia; Diretor-Geral

do Departamento de Polícia Técnica; Superintendente de Proteção e Defesa Civil;

1

1

Em Salvador, o Conselho Municipal de Segurança Pública e Defesa Social de Salvador foi criado pela Lei nº 9.773, de 20 de

dezembro de 2023.



Plano de Redução da Letalidade Policial da Defensoria Pública da Bahia

01 (um) representante da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos; 01 (um) represen-

tante do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia; 01 (um) representante do Ministério

Público do Estado da Bahia; 01 (um) representante da Defensoria Pública do Estado

da Bahia; 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Bahia;

02 (dois) representantes de entidades ou organizações da sociedade cuja ﬁnalidade

esteja relacionada com segurança pública e defesa social; 02 (dois) representantes

das entidades de proﬁssionais de segurança pública.

Como se vê, de um total de 16 integrantes do Conselho, apenas dois são represen-

tantes de organizações da sociedade civil. Nesse quadro, a ausência de espaços de

escuta dentro das instituições de segurança pública tem gerado grande ônus para o

desenvolvimento democrático das polícias, uma vez que setores da sociedade civil

são alijados da produção de política pública.

Proposta 13. Criação da Ouvidoria Externa de Polícia, cheﬁada

por membro da sociedade civil eleito com participação social

de entidades de defesa dos direitos humanos, para mandato

estável com tempo pré-determinado; estrutura de equipe, des-

locamento e comunicações; autonomia operacional; acesso a

informações públicas e dependências das polícias; além de ou-

tros mecanismos de autoridade necessários para o exercício do

controle social das forças de Estado.

25

Justiﬁcativa: A criação de mecanismos de participação e controle social das polícias

é uma providência importante para o desenvolvimento da democracia no Estado da

Bahia. Para além dos ﬂuxos de tratamento das reclamações do cotidiano, necessá-

rios para a garantia dos direitos das pessoas usuárias do serviço público, o fortaleci-

mento do controle social das polícias é sobretudo uma medida fundamental para a

eﬁcácia de um plano de redução de letalidade policial em nosso Estado.

A título de contribuição, sugere-se que seja analisada a [Lei Complementar nº 826](https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/171375/Lc-n-826-de-20-de-Junho-de-1997#art-3)

[de 20 de Junho de 1997](https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/171375/Lc-n-826-de-20-de-Junho-de-1997#art-3)12, que criou a Ouvidoria Externa da Polícia no Estado de

São Paulo, que prevê que a Ouvidoria da Polícia será dirigida por um Ouvidor da

Polícia, autônomo e independente, nomeado pelo Governador para um período de

2

(dois) anos, entre os integrantes da lista tríplice elaborada pelo Conselho Estadual

de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CONDEPE, não podendo o Ouvidor inte-

grar órgãos diretivos, deliberativos ou consultivos de entidades públicas ou privadas,

nem ter qualquer vínculo com a Polícia Civil ou com Polícia Militar.

1

2 https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/171375/lei-complementar-826-97#art-3



Defensoria Pública do Estado da Bahia

Proposta 14. Criação de um espaço participativo para o exercí-

cio do controle social da implementação do próprio plano de

redução de letalidade policial, com participação dos setores da

sociedade civil que defendem os direitos humanos.

Proposta 15. Realização de audiências públicas periódicas so-

bre o tema da letalidade policial, a ﬁm de aproximar os movi-

mentos sociais e pesquisadores da construção de diagnóstico

e estratégias conjuntas, destacando a realização de audiência

pública sobre o tema de “Novas Tecnologias, Segurança Pública

e Letalidade Policial”centrada no tema da utilização da biome-

tria facial e de câmeras corporais (Proposta apresentada pelo

Laboratório de Políticas Públicas - LAPIN e Centro de Estudos de

Segurança e cidadania - CESeC).

Justiﬁcativa: Para além dos ﬂuxos de tratamento das reclamações do cotidiano,

necessários para a garantia dos direitos das pessoas usuárias do serviço público,

o fortalecimento do controle social das polícias é sobretudo uma medida fundamen-

tal para a eﬁcácia de um plano de redução de letalidade policial em nosso Estado.

26

Por meio da participação civil, será possível aperfeiçoar o monitoramento da prática

policial, revisar os protocolos de atuação, melhorar a estrutura técnica para investi-

gações de casos de letalidade, além de possibilitar uma constante colaboração da

sociedade civil com o Estado através de informações e estudos que têm muito a

colaborar com a melhoria da segurança pública.

Por ﬁm, oportuno destacar que o Supremo Tribunal Federal reconheceu, na ADPF

65113, a inconstitucionalidade da exclusão da sociedade civil da composição de con-

selhos de proteção ambiental por afronta aos princípios da vedação ao retrocesso

institucional e participação da sociedade civil em políticas públicas.

Proposta 16. Implementação de políticas públicas de controle de

armamento, para que se alcance uma melhoria da capacidade

de controle e ﬁscalização das armas registradas no país.

Justiﬁcativa: Com o propósito de reduzir a letalidade policial, indispensável se demons-

tra a garantia de uma política de controle responsável de porte e posse de armas.

1

3

<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5853176>



Plano de Redução da Letalidade Policial da Defensoria Pública da Bahia

A tentativa de restrição ao uso de armas no Brasil é sempre permeada de resistência,

o que pode ser visualizado nas iniciativas para revogação ou enfraquecimento do

Estatuto do Desarmamento, marco importante para a redução da letalidade, que,

de modo geral, proíbe o porte de armas para civis e restringe a sua posse.

Com o afrouxamento das regras nos últimos anos quase duplicou-se o número de

armas legais em posse de civis, passando de 697 mil, em 2018, para 1,15 milhão,

em 2020, segundo levantamento feito pelo Instituto Sou da Paz em parceria com

o Instituto Igarapé, muito embora não tenha sido implementada a contrapartida de

melhoria da capacidade de controle e ﬁscalização desse arsenal.

Antes, havia a necessidade de se justiﬁcar a compra de uma arma. Hoje, impera a

presunção de veracidade na declaração, sendo o ônus probatório da polícia, caso

efetue a negativa da aquisição. Além disso, visitas de ﬁscalização precisam ser co-

municadas com, no mínimo, 24 horas de antecedência.

A ﬂexibilização de posse e porte de armas ocasiona importante ônus para a atividade

policial, que sofre maior risco em sua atuação diária, com aumento das chances de

desvios. As abordagens policiais tendem a ser mais violentas, pois não se sabe quem

está ou não armado.

27

Defensável, desse modo, a consolidação de políticas públicas para o controle de ar-

mamento por meio do fortalecimento da capacidade policial; da limitação ao acesso

das armas, com requisitos objetivos; da criação de estrutura no governo capaz de

mapear e monitorar as armas em circulação; da ﬁscalização do uso das armas para

a ﬁnalidade informada; e da possibilidade de rastreamento de armas envolvidas em

crime e utilização das informações obtidas para auxílio das investigações.

Proposta 17. Política de controle de munições. Implementação

de mecanismo de controle de munições utilizadas por policiais

em serviço associado à criação de banco de dados das polícias

com informações sobre ações policiais resultantes em disparos

de arma de fogo – Programa de Monitoramento do Número de

Disparos de Arma de Fogo por Policial. (Proposta apresentada

pelo Fogo Cruzado e pela Iniciativa Negra por uma nova política

sobre Drogas)

Justiﬁcativa: O Programa de Monitoramento do Número de Disparos de Arma de

Fogo por Policial visa estabelecer o acompanhamento da atuação dos policiais alo-

cados diretamente no atendimento à população, registrando quando são realizados

disparos de arma de fogo e quantos são realizados por proﬁssional por plantão.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

Um índice compara o saldo de munições entre o início e o ﬁnal do plantão à média

de tiros disparados por outros agentes na sua região e permite analisar a atuação

individual de cada proﬁssional à luz das informações sobre níveis de conﬂito nas

áreas de cada batalhão.

Esse acompanhamento permitirá entender se há um descontrole no uso do arma-

mento em sua rotina de trabalho – ou mesmo se há possíveis desvios de munições –

e, com isso, possibilitará identiﬁcar policiais que estejam fora dos padrões e encami-

nhá-los para treinamentos e/ou acompanhamento psicológico, de modo a diminuir

a violência policial no estado.

Associado ao controle de munições utilizadas por policiais, deve ser construído um

banco de dados sobre ações policiais que envolvam disparos de arma de fogo. Nesse

sentido, sempre que o saldo do número de munições sob guarda do policial for ne-

gativo, torna-se obrigatório o preenchimento de termo circunstanciado informando:

(i) a razão dos disparos de arma de fogo; (ii) o tipo de atividade desempenhada

pela guarnição policial (patrulhamento, baseamento, operação, etc); (iii) resultados

da ação policial (pessoas mortas e feridas, prisões, apreensão de armas, apreensão

de drogas, apreensão de bens, etc); (iv) o emprego de técnicas de uso progressivo da

força; e (v) o local onde os tiros foram disparados.

2

8

Esses dados informarão a avaliação a respeito do nível de força letal empregado

pelas polícias, permitindo avaliar a necessidade de aprimoramento de protocolos,

de treinamento de policiais, de atendimento psicossocial de policiais e de atuação de

corregedorias no caso de desvios.

Proposta 18. Estabelecimento de rotina, no âmbito da Polícia

Civil da Bahia, que obrigue que as armas apreendidas sejam

sistematicamente rastreadas nos bancos de dados disponíveis

(SINARM da Polícia Federal e SIGMA do Exército) para identiﬁ-

cação do perﬁl, origem e último proprietário, ajudando a identi-

ﬁcar fontes de desvios e rotas de tráﬁco, bem como:

a) cumprimento do §12º do art. 3º do XXXX que determina o envio trimestral, pe-

las unidades de criminalística, de dados de apreensões de armas para inclusão no

SINARM da DPF.

b) cumprimento da Resolução nº. 134, de 2011 do Conselho Nacional de Justiça14,

que dispõe sobre o depósito judicial de armas de fogo e sua destinação, que de-

termina um ﬂuxo célere das armas apreendidas garantindo ao menos dois envios

1

4 Acesse aqui: [https://atos.cnj.jus.br/ﬁles/resolucao\_134\_21062011\_11102012181004.pdf](https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_134_21062011_11102012181004.pdf)



Plano de Redução da Letalidade Policial da Defensoria Pública da Bahia

anuais de armas já periciadas, para o Comando do Exército destruir, evitando assim

os acúmulos em depósitos que favorecem desvios.

Justiﬁcativa: Vários estudos apontam que cerca de 30% das armas que hoje alimen-

tam o mercado ilegal e o tráﬁco de armas são oriundas de aquisições legais e que,

posteriormente, foram desviadas para a criminalidade15.

Entre 2015 e 2018, 1.049 armas foram desviadas da Polícia Civil do Rio, segundo

relatórios analisados pelo Instituto Sou da Paz, a pedido do jornal O Estado de

S. Paulo. A esse arsenal, se juntam as armas e munições desviadas dos batalhões

das Forças Armadas e da Polícia Militar.16

Essa realidade tem suscitado o debate sobre uma política eﬁcaz de controle de ar-

mas e munições e a implementação de planos de controle pelos estados, já em fase

de implantação como, por exemplo, no Espírito Santo17.

Neste contexto, é imprescindível observar a mudança de perspectiva do controle

e apreensão de armas, como apontado no projeto “Modelo Integrado de Controle

de Armas de Fogo”, elaborado pela Secretaria de Segurança Pública do estado do

Espírito Santo e Instituto Sou da Paz:

29

“Dentro dessa lógica, a apreensão de armas deixaria de ser apenas um pro-

duto colateral da atividade policial, um indicador operacional com impacto

pontual no varejo do mercado ilegal e realizada em operações com alto risco

de confronto. A Apreensão de armas se transformaria em investimento e em

recurso que promove a identiﬁcação e desarticulação de rotas de tráﬁco de

armas com impacto no ataco e mais duradouro, além de viabilizar operações

de apreensão mais seguras, com menos riscos e custos sociais (grifo nosso)”.18

1

5 Cf. Rafael Soares. “Armas desviadas da PM abastecem traﬁcantes, milicianos e assaltantes”. Jornal Extra. Disponível em:

https://extra.globo.com/casos-de-policia/armas-desviadas-da-pm-abastecem-traﬁcantes-milicianos-assaltantes-25049556.html.

Acesso em 12/ 06/ 22.

Cf. Rafael Soares. “Balas compradas por forças de segurança foram usadas em 23 ações que causaram 83 mortes”. Extra.

Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/balas-compradas-por-forcas- de-seguranca-foram usadas-em-23-a-

coes-que-causaram-83-mortes-25029999.html. Acesso em 12/ 06/ 22.

Cf. Raquel Lopes. “Estudo mostra que 30% das armas de crimes no Espírito Santo vieram do mercado legal.” Estado de

S. Paulo. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/06/estudo- mostra-que-30-das armas-de-crimes-no-

-

espirito-santo-vieram-do-mercado-legal.shtml Acesso em 12/ 06/ 22.

1

1

6 Cf. Patrick Camporez. “Armas de quartéis abastecem facções”. O Estado de S. Paulo: Disponível em: https://politica.esta-

dao.com.br/noticias/geral,armas-de-quarteis-abastecem-faccoes,70003298076. Acesso em 12/ 06/ 22.

7

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E INSTITUTO SOU DA PAZ. O plano de controle de armas da cidade de

São Paulo. Instituto Sou da Paz. Disponível em: https://soudapaz.org/noticias/materias/o- plano-de-controle-de- -armas-da-

-

cidade-de-sao-paulo/ Acesso em 12/ 06/ 22.

1

8 GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E INSTITUTO SOU DA PAZ. Modelo Integrado de Controle de Armas de

Fogo no Espírito Santo. Espírito Santo, março de 2022.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

Ou seja, um controle mais eﬁcaz das armas e munições é capaz de impactar o risco

para os agentes de segurança pública e para a população civil.

Também é fundamental observar que, dentre as armas desviadas para a criminali-

dade ou utilizadas de forma ilícita, há um número signiﬁcativo de material bélico

pertencente ao patrimônio das forças de segurança pública dos estados e da União.

O relatório ﬁnal da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados

sobre Organizações Criminosas e Tráﬁco de Armas concluiu que cerca de 20% das

armas apreendidas no Rio de Janeiro e em São Paulo pertenciam ao patrimônio das

forças de segurança pública do estado ou das forças policiais.19

O registro eﬁcaz das armas e munições patrimoniais, com a identiﬁcação do agente

responsável e a possibilidade de rastreamento, devem compor uma “Política Estadual

de Controle de armas de fogo, suas peças e componentes, e de munições”, a ser ins-

tituída no Estado da Bahia (minuta de projeto de lei consta no ﬁnal do documento).

O efetivo cumprimento dessa política pública, associado às demais ações propos-

tas no presente documento, colaborará para a prevenção aos desvios de armas e

munições custeadas pelo Estado, bem como permitirá o monitoramento eﬁcaz e a

identiﬁcação de anomalias no uso da força letal por parte das unidades policiais.

30

Proposta 19. Superação do discurso de guerra às drogas, que tem

contribuído imensamente para o aumento da letalidade policial.

Justiﬁcativa: Além de ter se mostrado ineﬁcaz para a diminuição do consumo e da

venda de entorpecentes, a chamada “guerra às drogas” tem como principal conse-

quência uma política de encarceramento e extermínio que atinge majoritariamente

a população negra. Esta abordagem punitiva e repressiva de um problema de saúde

tem levado a uma intensiﬁcação das operações policiais em comunidades margi-

nalizadas, mais afetadas pelo tráﬁco de drogas. Essas operações frequentemente

resultam em mortes de moradores, muitos deles que nem sequer estão envolvidos

no cometimento de delitos.

A militarização da polícia, com o uso de armamentos pesados e táticas agressivas,

é mais uma consequência da guerra às drogas, contribuindo para a escalada da violên-

cia e letalidade. A caracterização racial aparece nos dados de mortes decorrentes de in-

tervenções policiais e em dados de vitimização policial; segundo estes dados, tanto os

suspeitos mortos pela polícia quanto os policiais mortos são em sua maioria negros20.

1

9 Relatório ﬁnal da CPI sobre Tráﬁco e Organizações Criminosas: https://congressoemfoco.uol.com.br/UserFiles/ Image/relato-

rio\_jungman.pdf. Acesso em 12/ 06/ 22.

20 Caroline Filla Rosaneli, Ramon Andrade Ferreira e Cezar Bueno de Lima, «Violência, guerra às drogas e racismo de estado



Plano de Redução da Letalidade Policial da Defensoria Pública da Bahia

Além disso, a criminalização das drogas cria um ambiente de confronto constante

entre a polícia e as comunidades marginalizadas. A desconﬁança mútua e a percep-

ção dos agentes policiais como uma força opressora exacerbam a violência. Neste

sentido, o incentivo ao uso da força letal para demonstrar eﬁcácia no combate ao trá-

ﬁco acaba resultando em execuções extrajudiciais e abusos de poder. Essa situação

é agravada pela impunidade, uma vez que grande parte das mortes em operações

antidrogas não são adequadamente investigadas, perpetuando um ciclo de violência

e desrespeito aos direitos humanos.

Proposta 20. Criação de um comitê de gestão de crise multidisci-

plinar, envolvendo representantes da sociedade civil, do Ministério

Público, das Defensorias Públicas, da Academia e do Judiciário

(Proposta apresentada pelo Programa de Estudos, Pesquisas e

Formação em Políticas e Gestão de Segurança Pública da UFBA).

Proposta 21. Criar um Grupo de Trabalho que acompanhe men-

salmente o número de mortes e feridos em ação policial, com-

posto por representantes do poder público e da sociedade civil,

para discutir os casos registrados e pensar em ações (Proposta

apresentada pelo Instituto Fogo Cruzado e Iniciativa Negra por

uma nova política sobre drogas)

31

Proposta 22. Criar um comitê que discuta rotineiramente a

consistência e melhoria dos dados sobre violência letal que

acompanhe trimestralmente os dados de: a) Mortes a esclare-

cer; b) Encontro de Cadáver e ossada; c) Pessoas desaparecidas.

(Proposta apresentada pelo Instituto Fogo Cruzado e Iniciativa

Negra por uma nova política sobre drogas)

Proposta 23. Restringir, ao máximo, as operações policiais em

áreaspróximasaescolas,creches,hospitaisepostosdesaúde,con-

siderado o ﬂagrante prejuízo para as crianças e pessoas doentes.

no Brasil Rodrigo Alvarenga», Polis [Online], 60 | 2021, posto online no dia 27 setembro 2021, consultado o 29 maio 2024.

URL: http://journals.openedition.org/polis/21039



Defensoria Pública do Estado da Bahia

(Proposta apresentada pela Fundação Academia Paulista de

Direito - APD)

Justiﬁcativa: Levantamento inédito realizado pelo Instituto Fogo Cruzado e pela

Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas, em parceria com o Núcleo de

Equidade Racial e a Coordenação de Direitos Humanos da Defensoria Pública do

Estado da Bahia, mostra que o cotidiano escolar em Salvador é marcado por dis-

paros de armas de fogo. Dos 200 dias que devem compor o ano letivo, em média,

em 161 deles foi registrado ao menos um tiroteio no entorno de uma unidade escolar.

Isso quer dizer que em 81% do ano letivo as crianças e adolescentes da cidade con-

vivem com a violência armada no entorno de suas escolas. Os dados considerados

na pesquisa vão de 04 de julho de 2022 a 30 de agosto de 2024.

No período analisado, foram mapeados 2.793 tiroteios - 1 em cada 4 deles ocorreu

no entorno de uma escola (26%). O total de tiroteios mapeados próximo a unidades

escolares foi de 728, o que signiﬁca dizer que, em média, são registrados 30 tiroteios

por mês em uma distância de até 300 metros dos colégios da cidade.

A polícia destaca-se como um dos motores da violência armada que afeta a educa-

ção em Salvador. Do total de tiroteios registrados no entorno de escolas, 43% ocorre-

ram durante ações ou operações policiais (315). A chance de um tiroteio envolvendo

policiais ocorrer no entorno escolar em dia letivo (29%) é maior do que a de tiroteios

que não envolveram as forças policiais (24%). Por isso, é urgente que se modiﬁque

a estratégia de segurança pública para reduzir ao máximo a realização de operações

policiais no entorno de escolas, creches, hospitais e postos de saúde.

32

Proposta 24. Vedação da utilização de imagens e vídeos de

policiais portando armas de fogo, como metralhadoras, fuzis e

revólveres, nas redes sociais de todos os órgãos de segurança,

sob pena de se incentivar, nas pessoas, essa odiosa associa-

ção entre segurança e violência. (Proposta apresentada pela

Fundação Academia Paulista de Direito- APD)



Sobre o perﬁl dos adolescentes que cumprem Medida Socioeducativa nas CASES de Salvador/BA

EIXO II - ATUAÇ ÃO

PREVENTIVA

NO SISTEMA DE

JUSTIÇA

Proposta 25. Cumprimento da decisão da sexta turma do Superior

Tribunal de Justiça (STJ), no HC 598.051, que estabelece parâ-

metros para a atuação de integrantes do Sistema Estadual de

Segurança Pública em situações urgentes e legítimas que pos-

sam ocasionar mitigação de direitos fundamentais, em especial,

à inviolabilidade de domicílio, evitando situações de ilicitude

que possam implicar responsabilidade administrativa, civil e/ou

penal do agente estatal, bem como nulidade de provas.

33

Justiﬁcativa: Em março de 2021, o Superior Tribunal de Justiça, pela sua 6ª Turma,

concedeu ordem de Habeas Corpus 598.051 - SP, a unanimidade, para considerar

que, não havendo justa causa ou comprovação de consentimento válido para o in-

gresso no domicílio, garantia constitucional prevista expressamente no art. 5.º da CF,

é de se reconhecer a ilicitude das provas por tal meio obtidas, bem como todas as

que delas decorrerem.

Ao ﬁrmar o precedente, foram sedimentadas 05 teses centrais, a saber:

i) Na hipótese de suspeita de crime em ﬂagrante, exige-se, em termos de stan-

dard probatório para ingresso no domicílio do suspeito sem mandado judicial,

a existência de fundadas razões (justa causa), aferidas de modo objetivo e devi-

damente justiﬁcadas, de maneira a indicar que dentro da casa ocorre situação de

ﬂagrante delito;

ii) O tráﬁco ilícito de entorpecentes, em que pese ser classiﬁcado como crime de na-

tureza permanente, nem sempre autoriza a entrada sem mandado no domicílio



Defensoria Pública do Estado da Bahia

onde supostamente se encontra a droga. Apenas será permitido o ingresso em

situações de urgência, quando se concluir que do atraso decorrente da obtenção

de mandado judicial se possa, objetiva e concretamente, inferir que a prova do

crime (ou a própria droga) será destruída ou ocultada;

iii) O consentimento do morador, para validar o ingresso de agentes estatais em sua

casa e a busca e apreensão de objetos relacionados ao crime, precisa ser voluntá-

rio e livre de qualquer tipo de constrangimento ou coação;

iv) A prova da legalidade e da voluntariedade do consentimento para ingresso na re-

sidência do suspeito incumbe, em caso de dúvida, ao Estado, e deve ser feita com

declaração assinada pela pessoa que autorizou o ingresso domiciliar, indicando-

-

se, sempre que possível, testemunhas do ato. Em todo caso, a operação deve ser

registrada em áudio-vídeo, e preservada tal prova enquanto durar o processo, e;

v) A violação a essas regras e condições legais e constitucionais para ingresso no

domicílio alheio resulta na ilicitude das provas obtidas em decorrência da medida,

bem como das demais provas que dela decorrerem em relação de causalidade,

sem prejuízo de eventual responsabilização penal dos agentes públicos que te-

nham realizado a diligência.

3

4

Também é de conhecimento desta Defensoria Pública que o ministro Alexandre de

Moraes, no RE 1.342.077, decidiu que é incabível ao Poder Judiciário, em sede de

Habeas Corpus individual, determinar ao Poder Executivo que faça o aparelhamento

de suas polícias como medida obrigatória para executar buscas domiciliares, sob o

argumento de serem necessárias para evitar eventuais abusos e ilegalidades, entre-

tanto nessa mesma decisão o ministro entendeu que a prova colhida ainda perma-

necia eivada de ilegalidade.

Assim, a ﬁm de evitar novos reconhecimentos de ilegalidades na colheita da prova

processual penal, bem como a ﬁm de conferir maior transparência à atividade poli-

cial, reforça-se o entendimento da necessidade do uso de equipamentos de áudio e

vídeo de uso individual se faz necessária.

Proposta 26. Construção, por parte do Tribunal de Justiça do

Estado, de jurisprudência estadual sólida no sentido de acom-

panhar o entendimento do Superior Tribunal de Justiça para

reconhecer a nulidade de abordagens e, por consequência, das

provas obtidas, diante da manifesta ausência de fundada sus-

peita, em casos de seletividade racial, considerando a mera ale-



Plano de Redução da Letalidade Policial da Defensoria Pública da Bahia

gação genérica de “atitude suspeita” insuﬁciente para embasar

a busca pessoal.

Justiﬁcativa: Nos mesmos moldes da Proposta 04, reforçamos que o racismo ins-

titucional nas forças de segurança pública é de notório conhecimento em nosso

país. Prova disso é que as pessoas negras, apesar de somarem 56,1% da popula-

ção brasileira (IBGE), representam 68,2% dos presos nas cadeias nacionais (Anuário

Brasileiro de Segurança Pública). O fato é que o Estado mira pessoas negras e exerce

maior controle social sobre elas. Basta se atentar para os dados do Relatório das

Audiências de Custódia em Salvador em 2022, publicado pela DPE-BA. Segundo

o levantamento, 91,5% das pessoas presas se autodeclaram pretas ou pardas, ante

3

,9% de pessoas brancas. No total, dos 2753 casos analisados, 2518 pessoas se de-

clararam negras, enquanto apenas 107 se identiﬁcaram como brancas. Além disso,

os registros de atendimentos realizados em 2022 mostram que as pessoas negras

são as maiores vítimas das abordagens policiais violentas.

No tema da abordagem policial, é possível constatar que a cor da pele norteia a atua-

ção dos agentes de segurança, sendo acessórios os demais elementos, como origem

social, gênero e idade. Neste contexto, a convicção da fundada suspeita do agente

policial é desencadeada fundamentalmente pela cor da pele do cidadão.

35

Importante ressaltar que a recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em

especial da Sexta Turma, tem se posicionado de forma ﬁrme, declarando a nulidade

de abordagens e, por conseguinte, das provas obtidas, diante da manifesta ausência

de fundada suspeita, em casos de seletividade racial, sob o argumento de que a mera

alegação genérica de "atitude suspeita" é insuﬁciente para a licitude da busca pessoal.

Tais decisões recentes têm avançado no sentido de descortinar o racismo institucio-

nal e estrutural, que funcionam como balizadores da seletividade racial promovida

pelos agentes de segurança pública e, por vezes, referendada pelos demais atores

do sistema de Justiça. Importante citar, ainda, a orientação normativa, presente no

Manual do Conselho Nacional de Justiça para Tomada de Decisão na Audiência de

Custódia21, no seguinte sentido: “Reconhecendo o perﬁlamento racial nas aborda-

gens policiais e, consequentemente, nos ﬂagrantes lavrados pela polícia, cabe então

ao Poder Judiciário assumir um papel ativo para interromper e reverter esse quadro,

diferenciando-se dos atores que o antecedem no ﬂuxo do sistema de justiça crimi-

nal”. E, mais: “Parte-se aqui de uma formulação incisiva. Diante de uma pessoa ne-

gra, qualquer menção a “atitude suspeita” ou expressões equivalentes no APF revela

perﬁlamento racial e deve gerar o relaxamento do ﬂagrante. O mesmo deve ocor-

rer no tocante às hipóteses legais do ﬂagrante que indicam “presunção de autoria”

21 “Manual sobre Tomada de Decisão na Audiência de Custódia”. CNJ. 2020. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/

uploads/2020/10/Manual\_juridico\_aud.custodia-1-web.pdf.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

(art. 302, III e IV). Para reverter o quadro de sobrerrepresentação, estabelece-se pos-

sibilidades interpretativas das normas processuais aptas a gerar o resultado (aﬁrma-

tivo) do relaxamento do ﬂagrante.”

Proposta 27. Realização da I Conferência Estadual de Políticas

Sobre Drogas precedida de etapas municipais, permitindo que

as populações mais afetadas por estas políticas possam tomar

o protagonismo de sua formulação e de seu monitoramento

(Proposta apresentada pela Manifesta Coletiva).

Proposta 28. Provocação de órgãos internacionais de prote-

ção de Direitos Humanos, como a Comissão Interamericana

de Direitos Humanos, mediante peticionamento, inclusive so-

licitando medidas cautelares, bem como ao Comitê de Direitos

Humanos da ONU, também por peticionamento (conforme

Decreto no 11.777/23), e aos Comitê dos tratados envolvendo

a matéria, como da Convenção sobre a Eliminação de todas as

formas de discriminação racial (art. 14 e Decreto no 4.738/03),

e ao Comitê da CEDAW (Proposta apresentada pela Fundação

Academia Paulista de Direito- APD).

3

6

Proposta 29. Elaborar protocolos de monitoramento de investi-

gações de mortes ocasionadas por policiais, que informem de-

legacias responsáveis pela investigação, tempo da investigação,

procedimentos utilizados, promotorias responsáveis pelo enca-

minhamento dos casos e resultado das investigações (Proposta

apresentada pelo Instituto Fogo Cruzado e Iniciativa Negra por

uma nova política sobre drogas).

Proposta 30. Criação de Comissão Independente de Supervisão

da Atividade Policial (CISAP), com mandato claro e bem deﬁni-

do para acompanhar o plano de redução da letalidade policial –

incluindo acesso às imagens das câmeras corporais e acesso aos



Plano de Redução da Letalidade Policial da Defensoria Pública da Bahia

bancos de dados do Programa de Monitoramento do Número de

Disparos de Arma de Fogo – e com as seguintes características:

i) composição tripartite com representação de forças policiais, representantes do

sistema de justiça e sociedade civil – este último grupo com representação majo-

ritária a ﬁm de preservar a independência da instância deliberativa;

ii) independência em relação às polícias, deﬁnida estatutariamente, em sua compo-

sição, através de mandato claro e deﬁnido e com orçamento próprio;

iii) acesso a dados e informações produzidos no âmbito da segurança pública,

incluindo aquelas consideradas sensíveis;

iv) atuação voltada para a prevenção, repressão e responsabilização de abusos do

uso da força por parte do estado através de:

(1) produção de recomendações para o aprimoramento de protocolos; (2) deﬁnição

de critérios para mensurar qualidade e eﬁciência de ações policiais; (3) Discutir a re-

lação da produtividade policial com os critérios do Prêmio de Produtividade Policial -

PDP; (4) monitoramento e avaliação dos resultados de ações policiais que resultam

em mortes; (5) acompanhamento de investigações – e quando necessário condu-

ção de investigações independentes – sobre ações policiais que resultam em morte;

(6) Publicação de relatórios periódicos com indicadores que abranjam tanto o fun-

cionamento da própria Comissão, quanto os resultados e impactos do seu trabalho

(Proposta apresentada pelo Instituto Fogo Cruzado e Iniciativa Negra por uma nova

política sobre drogas).

37



Sobre o perﬁl dos adolescentes que cumprem Medida Socioeducativa nas CASES de Salvador/BA

EIXO III -

PREVENÇÃO

NAS ÁREAS DE

ASSISTÊNCIA

SOCIAL, EDUCAÇÃO,

ESPORTE.

3

9

Proposta 31. Elaboração de Programas de Prevenção à Violência

voltados, em especial, aos grupos socialmente vulnerabilizados

e Mitigação da Vulnerabilidade Social.

Justiﬁcativa: Considerando os dados constantes do Anuário de Segurança Pública,

bem como a observância dos casos que chegam ao conhecimento desta Instituição,

mostra-se indispensável voltar a atenção para ações, programas e políticas de preven-

ção à violência, buscando mitigar os fatores de risco de vulnerabilidade, com ênfase

nos grupos sociais que sofrem maior vitimização da violência institucional, quais se-

jam, crianças, adolescentes, jovens, negros, moradores de comunidades, pessoas com

baixa escolaridade e desempregadas. As ações direcionadas à redução da letalidade

policial, como problema social complexo, de múltiplas causas, não devem se limitar

a ações de controle da atuação policial, sendo imprescindível a articulação de ações

intersetoriais nas áreas de educação, assistência social, proﬁssionalização, trabalho,

geração de renda, saúde, cultura, esporte, lazer e políticas focadas no grupos sociais

que concentram os maiores níveis de vitimização (adolescentes e jovens adultos).

Neste sentido, é importante atenção especial à implementação de políticas de en-

frentamento à violência contra a juventude negra, garantindo-se a participação dos

próprios jovens e movimentos juvenis organizados no processo de elaboração de

políticas públicas voltadas a este segmento.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

Além disso, é preciso fortalecer e expandir projetos já existentes no Estado e que

vêm apresentando resultados positivos, tais como Neojibá, Estação Juventude,

Inova Jovem, Corra para o Abraço (incluindo o Corra Juventude), assim como pro-

porcionar o fomento de conselhos de juventudes e/ou outros órgãos de juventudes.

Outra ação possível seria a criação de editais de fomento e termos de parceria vol-

tados à sociedade civil que apoiassem, por meio do ﬁnanciamento público, inicia-

tivas/ tecnologias sociais nas comunidades e territórios de abrangência do Plano

Juventude Viva, como forma de articular ações já desenvolvidas pelos coletivos e ao

mesmo tempo valorizar o protagonismo cultural comunitário.

Proposta 32. Garantia de atendimento prioritário às vítimas e

familiares de vítimas de morte decorrente da ação estatal aos

serviços de atendimento e acompanhamento do Estado (assis-

tência social, saúde, educação, trabalho e renda).

Justiﬁcativa: Trata-se de pessoas vulnerabilizadas, pobres, negras e periféricas, com

necessidades diversas relacionadas a matrículas escolares, acesso a benefícios so-

ciais, acesso a emprego. Para além da violência e da dor pela perda de um familiar,

essas pessoas estão vulneráveis por diversas outras questões relacionadas à desi-

gualdade social e ao racismo estrutural.

40

Proposta 33. Criação de serviço de atendimento/acompanha-

mento psicossocial às vítimas e aos familiares das vítimas de

crimes violentos praticados por agentes estatais.

Justiﬁcativa: É importante o acompanhamento psicossocial dos sobreviventes e das

vítimas de violência institucional, assim como de seus familiares, uma vez que é

dever do Estado reparar em todas as esferas o dano que seus agentes perpetraram

a cidadãos. O trauma da violência, muitas vezes brutal, gera danos psíquicos que

afetam severamente o cotidiano de quem a sofre e dos seus familiares. Por isso

essas pessoas necessitam de tratamento psicossocial para tentar superar os danos

causados em sua personalidade.

Apesar dos efeitos deletérios que vítimas e familiares de vítimas de crimes vio-

lentos contra à vida estão expostos, a atual estrutura da RAPS - Rede de Atenção

Psicossocial não prevê a realização de atendimento clínico para estes casos, deixan-

do-os a mercê de serviços oferecidos por comunidades religiosas ou realizados de

forma gratuita por proﬁssionais de psicologia.



Plano de Redução da Letalidade Policial da Defensoria Pública da Bahia

Pensando neste público, a Defensoria Pública do Estado da Bahia, por meio do

Núcleo Amparo - Núcleo de Amparo a Vítimas de Crimes Violentos - promove,

de forma integral e gratuita, o atendimento e a orientação jurídica nos casos, ten-

tados ou consumados, de homicídios e latrocínios, oferecendo atendimento espe-

cializado, em ambiente seguro e adequado. O Amparo conta com assistente social

e psicóloga, que fornecem apoio neste delicado momento, auxiliando e orientando

vítimas e familiares no acesso a políticas públicas e sociais que garantam a reparação

e o enfrentamento das diﬁculdades com dignidade22.

Outra atuação identiﬁcada nestes moldes é o Projeto de Extensão, Aprimoramento

da Atenção Psicossocial de Mães e Familiares de Vítimas de Violência de Estado na

Bahia, coordenado pela assistente social e professora da UFBA Magali Almeida.

Estas atuações, contudo, não substituem a necessidade de criação, no âmbito do

estado, de um serviço de atendimento e acompanhamento de vítimas e familiares

de vítimas de violência praticada por agentes estatais capaz de dar vazão a esta

importante demanda.

Proposta 34. Realização de Cursos de Formação em Lei de

Acesso à Informação para movimentos populares e comuni-

dades, de forma a potencializar a participação e controle civil

sobre as ações governamentais na seara da segurança pública

(Proposta apresentada pelo Laboratório de Políticas Públicas -

LAPIN e Centro de Estudos de Segurança e cidadania- CESeC).

41

Proposta 35. Criação de fundo, derivado de recursos ﬁnancei-

ros da tributação, para a reparação de populações que habitam

territórios afetados diretamente pela guerra às drogas, de for-

ma a garantir recursos no campo da saúde, assistência, educa-

ção, moradia e outras, que sirvam como forma de indenização

aliadas à redução de desigualdades (Proposta apresentada pela

Manifesta Coletiva).

Proposta 36. Políticas de incentivo ﬁscais para imóveis utilizados

exclusiva ou predominantemente como teatros ou espaços cul-

turais, de caráter artístico e cultural, e que tenham acesso dire-

to por logradouro público ou local semipúblico de circulação em

2

2 Vide <https://www.defensoria.ba.def.br/wp-content/uploads/2021/06/sanitize_140621-025339.pdf>



Defensoria Pública do Estado da Bahia

galerias, promovendo o fomento a espaços de culturas já existen-

tes nos territórios, enquanto ponto também de combate a violên-

cia urbana (Proposta apresentada pela Manifesta Coletiva).

Proposta 37. Inclusão da cultura hip-hop e artes de rua, como

as batalhas de mc's, graﬁte, pixo, slams de poesia, como lin-

guagens e expressões culturais negras nos currículos das esco-

las municipais, respeitando as leis nacionais que estabelecem a

obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira

(Proposta apresentada pela Manifesta Coletiva).

Proposta 38. Regularizar as terras indígenas e quilombolas no

Estado da Bahia.

Justiﬁcativa: Como se sabe, a disputa por terra em nosso Estado, notadamente terras

indígenas e quilombolas, é marcada pela violência. Neste sentido, a regularização

dessas terras proporciona segurança jurídica às comunidades, deﬁnindo claramente

os limites de suas propriedades e reduzindo conﬂitos fundiários. Quando os direitos

territoriais das comunidades são oﬁcialmente reconhecidos, há menos disputas so-

bre a posse da terra, o que reduz a necessidade de intervenções policiais que muitas

vezes podem resultar em mortes.

42



Sobre o perﬁl dos adolescentes que cumprem Medida Socioeducativa nas CASES de Salvador/BA

EIXO IV - ATUAÇ ÃO

REPRESSIVA

NO ÂMBITO DA

SEGURANÇA

PÚBLICA

Proposta 39. Criação/implantação de canal de atendimento à po-

pulação no âmbito da SSP para fornecimento de informações em

casos de desaparecimento de pessoas após abordagem policial.

43

Justiﬁcativa: Não raras são as vezes que a Defensoria Pública do Estado da Bahia

é acionada por representações e lideranças de movimentos sociais, em especial do

Movimento Negro, em busca de socorro em face de abordagens policiais que resul-

tam na apreensão (e desaparecimento) de jovens negros supostamente suspeitos.

O caso de Davi Fiuza é emblemático. Em outubro de 2014, testemunhas viram um

jovem negro de 16 anos, encapuzado, pés e mãos amarrados, ser colocado no porta

malas de um carro azul e branco, junto a viaturas de polícia, no bairro São Cristóvão.

Depois disso, Davi Fiuza nunca mais foi visto, e se junta a Jean Carlos, Sérgio Luiz,

Luiz Ricardo, Rildean e Matheus Silva, jovens desaparecidos em Salvador.23

Mais recentemente, a Defensoria Pública do Estado, instada por familiares e amigos

de Geovane Santana Mascarenhas, jovem negro que teve o corpo encontrado sem

cabeça, carbonizado, com remoção de tatuagens e dos seus órgãos genitais em

agosto de 2014, após ser abordado por policiais militares em Salvador24, deu início a

tratativas para criação de um canal de atendimento/denúncia/pedido de socorro nos

casos de abordagens policiais e ausência de notícias da pessoa abordada.

2

3 https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/outros-davis-conheca-casos-de-outros-jovens-desaparecidos-em-salvador

24 https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/geovane-foi-executado-na-sede-da-rondesp-no-lobato/



Defensoria Pública do Estado da Bahia

A provocação para criação de canal especíﬁco no âmbito da Secretaria de Segurança

Pública foi reforçada após a Defensoria Pública ter participado da exibição do ﬁlme

“

Sem Descanso”, produção dirigida por Bernard Attal, que retrata a violência poli-

cial a partir da morte de Geovane. Isto porque o pai de Geovane, Jurandy Santana,

mesmo tendo recorrido a diversas autoridades - em Delegacias, Hospitais, Instituto

Médico Legal e Corregedorias - somente encontrou o corpo do seu ﬁlho após o apa-

recimento de uma ﬁlmagem e posterior publicação de matéria pelo jornal Correio,

dias depois da abordagem.

Nos moldes do 190, os familiares de desaparecidos após abordagem policial devem ter

a quem recorrer para buscar informações. Além disso, as autoridades terão imediato

conhecimento da abordagem realizada e poderão atuar para evitar desfechos como

esses que mencionamos. A Defensoria Pública iniciou tratativas com o Comando da

Polícia Militar e com as Superintendências de Telecomunicações e de Prevenção à

Violência, da própria Secretaria de Segurança Pública, tendo encaminhado os Ofício

DPE/DH nºs. 23/2022, 111/2022, 66/2023, 78/2023, solicitando diligências para a cria-

ção do referido canal.

Proposta 40. Abolição/revogação/retirada do ar do “Baralho

do crime”, publicação criada no ano de 2008 pela Secretaria

de Segurança Pública do Estado da Bahia, ferramenta utilizada

como atalho na atividade diária dos policiais em todo estado

(informação do site).

4

4

Justiﬁcativa: O Baralho do Crime divulga, por meio do site do Disque Denúncia,

fotos de indivíduos, ditos de maior periculosidade no estado, juntamente a seus

nomes, apelidos, suas “áreas de atuação” e supostos crimes cometidos para conheci-

mento do público em geral, em especial da polícia baiana, sob a justiﬁcativa de faci-

litar sua atividade e conter a criminalidade. Evidente que, para os policiais, o Baralho

representa, muitas vezes, a demarcação de alvos, incentivando a letalidade policial.

Esta exposição, que ignora quaisquer princípios penais e constitucionais de proteção

a direitos individuais (tais quais imagem, honra, moral, reputação social), de garantia

de presunção de inocência e de contraditório e ampla defesa, todos previstos no

art. 5º da Constituição Federal, é por si ilegal. O quadro se agrava ao se analisarem

os resultados diante de ações policiais violentas: os sujeitos perdem direito a julga-

mento e defesa, quando não perdem suas próprias vidas.

Falsas acusações também não são incomuns, visto que muitos dos expostos nas

cartas não chegaram a ser sequer julgados ou condenados. Essas publicações ape-

nas reforçam o poder policial diante do processo legal e do ordenamento jurídico,

cuja supremacia é ignorada, incluindo a da própria Constituição.



Plano de Redução da Letalidade Policial da Defensoria Pública da Bahia

Solicitação feita inauguralmente no documento “13 medidas para a redução das

intervenções policiais com resultado morte no Estado da Bahia”, a abolição do

Baralho do Crime signiﬁca, para a população baiana, garantia de maior sensação

social de segurança, além de proteção da imagem social e honra dos sujeitos.

Proposta 41. Reforçar o papel da Corregedoria-Geral da Secretaria

de Segurança Pública, inclusive como constava no Artigo 23

da Instrução Normativa Conjunta SSP/PM/CBM/PC/DPT nº 1,

de 08/07/2019, para que se realize a comunicação, semanal

e via correio eletrônico institucional, à Corregedoria-Geral da

Secretaria de Segurança Pública, à Corregedoria-Geral da cor-

poração militar e à Coordenação de Documentação e Estatística

da Polícia Civil, de todas as instaurações de inquéritos policiais

para apurar homicídio doloso consumado ou tentado, inclusive

o praticado contra civil, homicídio culposo ou lesão corporal se-

guida de morte atribuída a militar estadual.

45

Justiﬁcativa: A revogada instrução Normativa Conjunta SSP/PM/CBM/PC/DPT nº 1,

de 08/07/2019, dispõe sobre as medidas de polícia judiciária que devem ser adota-

das em casos de crime violento letal intencional (CVLI) atribuído a militar estadual,

inclusive quando a vítima seja civil, e disciplina a apuração da morte ou lesão cor-

poral de civil em confronto com militar estadual em serviço, além de disciplinar a

apuração de condutas correlatas atribuídas à policial civil e dar outras providências.

O seu artigo 23, posicionado no Capítulo IV, intitulado “Da apuração disciplinar de-

corrente de crimes atribuídos a militares que resultem em morte ou sua tentativa”,

prevê que todas as instaurações de inquéritos policiais para apurar homicídio doloso,

consumado ou tentado, inclusive o praticado contra civil, homicídio culposo e lesão

corporal seguida de morte atribuída a militar estadual deverão ser comunicadas, se-

manalmente e via correio eletrônico institucional, à Corregedoria-Geral da Secretaria

da Segurança Pública (corregedoria.geral1@ssp.ba.gov.br), à Corregedoria-Geral da

corporação militar e à Coordenação de Documentação e Estatística da Polícia Civil,

a ﬁm de que sejam instaurados os respectivos processos administrativos disciplina-

res e para que sejam produzidos os dados estatísticos acerca daqueles inquéritos.

A defesa do ﬁel e rigoroso cumprimento do dispositivo, consta do documento pro-

duzido pela DPE-BA “13 medidas para a redução das intervenções policiais com

resultado morte no Estado da Bahia” e encarta relevante valor, na medida em que

proporciona maior transparência e controle da atividade policial, com contemporâ-



Defensoria Pública do Estado da Bahia

neo acompanhamento e apuração de abusos e excessos, auxiliando no combate à le-

talidade policial e na construção de políticas públicas baseadas em dados concretos.

Proposta 42. Preservação das evidências e vedação da remoção

de corpos de locais de homicídio, em especial:

a) Vedação da prática da apreensão ﬁcta de armas de fogo de

policiais envolvidos em ocorrências de morte decorrente de in-

tervenção de agente estatal, na qual o próprio agente é nomea-

do como ﬁel depositário da apreensão do armamento que será

submetido a perícia, preservando, assim a cadeia de custódia da

evidência, cuja deﬁnição está na Lei 13.964/2019;

b) Promoção de orientações, inclusive para funcionários de hos-

pitais públicos, e instituição de protocolo para realização de pe-

rícia de local de morte, bem como a proibição de remoção de ca-

dáveres do local e descarte de vestes e outros objetos relevantes

para a investigação;

4

6

Justiﬁcativa: Em 2019, o Pacote Anticrime (Lei 13.964) regulamentou a cadeia de

custódia no Código de Processo Penal (CPP), estabelecendo: "considera-se cadeia de

custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documen-

tar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes,

para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte".

A partir da deﬁnição jurídica da cadeia de custódia, a Lei 13.964/2019 instituiu a

regulamentação sobre uma das questões mais sensíveis do processo penal: a guarda

dos vestígios do delito. Aﬁnal, caso não haja o recolhimento correto dos vestígios

logo após o crime, a sua preservação durante as fases policial e judicial e o seu

acondicionamento até a decisão ﬁnal no processo, a chamada quebra da cadeia de

custódia pode comprometer a apuração da verdade.

Conforme deﬁnido pelo ministro do STJ Ribeiro Dantas no RHC 77.836, "a cadeia de

custódia tem como objetivo garantir a todos os acusados o devido processo legal e

os recursos a ele inerentes, como a ampla defesa, o contraditório e, principalmente,

o direito à prova lícita. O instituto abrange todo o caminho que deve ser percorrido

pela prova até sua análise pelo magistrado, sendo certo que qualquer interferência

durante o trâmite processual pode resultar na sua imprestabilidade".



Plano de Redução da Letalidade Policial da Defensoria Pública da Bahia

Neste sentido, a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 635 es-

tabelece que, no caso de realização de operações policiais, devem ser observadas,

entre outras, as seguintes diretrizes mínimas: a) em relação aos vestígios de crimes

cometidos em operações policiais, que sejam eles preservados, evitando a remoção

indevida de cadáveres sob o pretexto de suposta prestação de socorro e o descarte

de peças e objetos importantes para a investigação; b) que os órgãos de polícia

técnico cientíﬁca documentem, por meio de fotograﬁas, as provas periciais produ-

zidas em investigações de crimes contra a vida, notadamente o laudo de local de

crime e o exame de necropsia, com o objetivo de assegurar a possibilidade de revisão

independente, devendo os registros fotográﬁcos, os croquis e os esquemas de lesão

ser juntados aos autos, bem como armazenados em sistema eletrônico de cópia

de segurança para ﬁns de backup; c) sempre que houver suspeita de envolvimento

de agentes dos órgãos de segurança pública na prática de infração penal, a inves-

tigação será atribuição do órgão do Ministério Público competente. A investigação,

por sua vez, deverá atender ao que exige o Protocolo de Minnesota, em especial no

que tange à oitiva das vítimas ou familiares e à priorização de casos que tenham

como vítimas as crianças.

Em tempo, o Protocolo de Minnesota25, documento lançado em 24 de maio de 2017

pelas Nações Unidas, estabelece um conjunto de diretrizes de investigações de cri-

mes cometidos pela intervenção de agentes do Estado, dentre elas a de que a inves-

tigação deve preservar a cadeia de prova, a cena do crime, identiﬁcar potenciais tes-

temunhas, realizar perícia do corpo das vítimas a partir de leituras de diversas linhas

de investigação. Entre outras diligências, o Protocolo estabelece que, em relação à

cena do crime, os investigadores devem, como mínimo, fotografar esta cena, qual-

quer outra evidência física e o corpo como foi encontrado e depois de movê-lo; todas

as amostras de sangue, cabelo, ﬁbras, ﬁos ou outras pistas devem ser coletadas e

conservadas; examinar a área em busca de pegadas de sapatos ou qualquer outra

que tenha natureza de evidência, e fazer um relatório detalhando qualquer observa-

ção da cena, as ações dos investigadores e a disposição de toda a evidência coletada.

47

Proposta 43. Regulamentação e aplicação da investigação cri-

minal independente, conforme as disposições do Manual das

Nações Unidas sobre a Prevenção e Investigação Eﬁcazes de

Execuções Extralegais, Arbitrárias ou Sumárias – Protocolo de

Minnesota, prevendo que a investigação deverá ser realizada

25 https://www.ohchr.org/sites/default/ﬁles/Documents/Publications/MinnesotaProtocol\_SP.pdf



Defensoria Pública do Estado da Bahia

por órgão diferente da força policial a que pertença o agente

envolvido no incidente.

Justiﬁcativa: Em caso de mortes supostamente cometidas por agentes do Estado,

a realização de uma investigação eﬁcaz pressupõe que sua condução seja feita por

órgão diferente da força policial a que pertença o agente envolvido no incidente.

Sobre esse tema, as Nações Unidas elaboraram o “Manual das Nações Unidas so-

bre a Prevenção e Investigação Eﬁcazes das Execuções Extralegais, Arbitrárias ou

Sumárias”, conhecido como Protocolo de Minnesota. O documento foi escrito por

uma comissão internacional de juristas e peritos criminais, sob a supervisão do Alto

Comissariado das Nações Unidas para o Direitos Humanos e revisado em 2016,

constituindo um complemento aos Princípios da ONU de 1989 sobre a Prevenção

Eﬁcaz e Investigação de Execuções Extrajudiciais, Arbitrárias e Sumárias. Juntos, es-

ses documentos indicam as obrigações dos Estados de respeitar e proteger a vida e

a obrigação processual de investigar mortes potencialmente ilegais, de forma pronta,

efetiva, exaustiva, independente, imparcial e transparente.

No Brasil, o Supremo Tribunal Federal determinou expressamente a observância do

Protocolo de Minnesota nas investigações de mortes violentas, de modo que devem

ser incorporados seus preceitos nos procedimentos operacionais padrão e práticas.

Nos casos de mortes ou outros atos de violência com envolvimento de membros

da Polícia Civil, a investigação deverá ser realizada pelo Ministério Público, deven-

do a Polícia Civil se abster de instaurar inquérito policial e colher o depoimento

das vítimas e testemunhas, atuando somente sob demanda do Ministério Público

na produção de provas técnicas e periciais, para ﬁns de instrução de Procedimento

Investigatório Criminal, em substituição ao Inquérito Policial.

4

8

Proposta 44. Implantação de perícia independente. Autonomia

dos órgãos de perícia oﬁcial de natureza criminal (perícia cri-

minal), com sua desvinculação das secretarias de Segurança

Pública, Polícia Civil ou Polícia Militar.

Justiﬁcativa: A autonomia da perícia técnico-cientíﬁca é preconizada por diplomas

de Direito Internacional e suas premissas também encontram amparo na legislação

nacional. Neste sentido, a Lei Federal no. 12.030, de 2009, estabelece que no “exer-

cício da atividade de perícia oﬁcial de natureza criminal, é assegurado autonomia

técnica, cientíﬁca e funcional, exigido concurso público, com formação acadêmica

especíﬁca, para o provimento do cargo de perito oﬁcial”.

A legislação processual penal, por sua vez, prevê que o perito, na fase judicial, atua

como colaborador do juízo, elucidando os fatos relacionados às provas produzidas

em contraditório. Para o adequado desempenho de suas funções, o perito – assim



Plano de Redução da Letalidade Policial da Defensoria Pública da Bahia

como o juiz – deve ser imparcial, razão pela qual estão sujeitos à mesma arguição

de suspeição que os magistrados da causa (art. 105 do CPP). Neste sentido, a Corte

Interamericana de Direitos Humanos prolatou sentença no Caso “Favela Nova Brasília”

(Cosme Genoveva e outros vs. Brasil) determinado que fossem estabelecidos:

“

(...) mecanismos normativos necessários para que, na hipótese de supostas mortes,

tortura ou violência sexual decorrentes de intervenção policial, em que prima facie

policiais apareçam como possíveis acusados, desde a notitia criminis se delegue a

investigação a um órgão independente e diferente da força pública envolvida no in-

cidente, como uma autoridade judicial ou o Ministério Público, assistido por pessoal

policial, técnico criminalístico e administrativo alheio ao órgão de segurança a que

pertença o possível acusado, ou acusados” (Ponto Resolutivo 16 da sentença).

Para além do caso concreto, a decisão da Corte Interamericana determina a neces-

sidade de reforma estrutural no Sistema de Justiça Criminal, para adoção de instru-

mentos hábeis a garantir a independência das investigações, com a incorporação

de marco normativo, corpo pericial externo à polícia, capacitação dos proﬁssionais

envolvidos, um ﬂuxo de procedimentos e fonte de custeio que viabilize a consolida-

ção de tal instrumental.

49

Exemplo a ser seguido e replicado é o Projeto Mirante, da Universidade Federal

Fluminense (UFF), que desenvolve e estrutura uma linha de pesquisa de destaque

internacional, com formação e capacitação de discentes de graduação e de pós-gra-

duação, de pesquisadores e proﬁssionais de diversas áreas do conhecimento para a

atuação e aplicação das ciências forenses na defesa dos direitos humanos, visando

a formação de quadros especializados nessa nova área temática e a produção de

evidências da violência de Estado de forma colaborativa com movimentos sociais,

operadores do judiciário e organizações da sociedade civil.

Ciente da importância da temática, a Defensoria Pública do Estado da Bahia tem

projeto para estruturação do Núcleo de Investigação Defensiva para auxiliar na atua-

ção de seus defensores e defensoras.

Proposta 45. Garantia de que as testemunhas, os defensores de

direitos humanos e as vítimas não sofram ameaças, represálias

ou retaliações com o fortalecimento do Programa de Proteção

a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita), do Programa de

Proteção de Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e

Ambientalistas (PPDDH) e do Programa de Proteção a Crianças

e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), assegurando



Defensoria Pública do Estado da Bahia

a destinação de verbas para a sua execução e os recursos logís-

ticos necessários.

Justiﬁcativa: Nos processos em que se apuram as circunstâncias e a responsabili-

dade dos agentes envolvidos nas ações letais, via de regra, é fundamental a oitiva

das testemunhas presenciais e vítimas sobreviventes do evento. Aos réus, indubi-

tavelmente, deve ser assegurado um julgamento justo, com a observância do de-

vido processo legal, contraditório e ampla defesa. Do mesmo modo, às vítimas e

testemunhas devem ser garantidas medidas que impeçam intimidações, coações e

qualquer modalidade de violência.

Os defensores de direitos humanos, por sua vez, no exercício de seus direitos cons-

titucionais e na defesa de suas atividades de defesa e promoção de direitos, são fre-

quentemente hostilizados e têm sua vida colocada em risco, devido a sua militância.

Assim, os Programas de Proteção do Estado devem ser fortalecidos, com a desti-

nação de recursos ﬁnanceiros para a sua manutenção e aperfeiçoamento, sem pre-

juízo do apoio logístico para escolta, traslado e demais atividades que preservem a

integridade física e psíquica das pessoas que colaboram para o fortalecimento da

democracia e o combate às organizações criminosas.

5

0

Na Bahia, três programas federais são executados pela Secretaria de Justiça e

Direitos Humanos, através de convênios ﬁrmados com entidades da sociedade ci-

vil: Provita (Programa de Proteção a Vítimas, Testemunhas e Famílias Ameaçadas

de Morte), PPDDH (Programa de Proteção a Defensores dos Direitos Humanos,

Comunicadores e Ambientalistas) e PPCAAM (Programa de Proteção a Crianças e

Adolescentes Ameaçados de Morte).

Além disso, é importante também destacar a existência do Grupo de Trabalho Técnico

Sales Pimenta, instituído pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, cujo

objetivo central é propor a criação de políticas de proteção para os defensores de direi-

tos humanos, comunicadores e ambientalistas no país; dos desaﬁos em fazer cessar a

causa da ameaça, a exemplo dos conﬂitos fundiários que geram desproteção, insegu-

rança e vulnerabiliza comunidades tradicionais; da necessidade de ter portas de saída

sistematizadas nos programas; do acolhimento psicológico aos familiares das vítimas;

do avanço na discussão do conceito de segurança coletiva e comunitária.

Neste sentido, sabe-se que os referidos programas são executados em parceria entre

os governos estadual e federal, mas também entendemos que o Estado da Bahia

pode complementar esse valor, de modo a fortalecer sua atuação.



Plano de Redução da Letalidade Policial da Defensoria Pública da Bahia

Proposta 46. Assegurar o direito à participação na investigação

e o fornecimento à vítima de informações a respeito das fases e

status dos procedimentos, permitindo a sua participação efetiva

e o acesso aos dados que não sejam sigilosos.

Justiﬁcativa: A Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da

Criminalidade e de Abuso de Poder, emanada das deliberações do Sétimo Congresso

das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes,

adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua Resolução 40/34, de 29

de novembro de 1985, ao tratar do acesso à justiça das vítimas, ressalta que devem

ser tratadas com compaixão e respeito pela sua dignidade e que têm direito ao

acesso às instâncias judiciárias e a uma rápida reparação do prejuízo por si sofrido.

Seu artigo 6º destaca que a capacidade do aparelho judiciário e administrativo para

responder às necessidades das vítimas deve ser melhorada nos seguintes termos:

a) Informando às vítimas da sua função e das possibilidades de recurso disponíveis,

das datas e da marcha dos processos e da decisão das suas causas, especialmente

quando se trate de crimes graves e quando tenham pedido essas informações;

51

b) Permitindo que as opiniões e as preocupações das vítimas sejam apresentadas e

examinadas nas fases adequadas do processo, quando os seus interesses pessoais

estejam em causa, sem prejuízo dos direitos da defesa e no quadro do sistema de

justiça penal do país;

c) Prestando às vítimas a assistência adequada ao longo de todo o processo;

d) Tomando medidas para minimizar, tanto quanto possível, as diﬁculdades encon-

tradas pelas vítimas, proteger a sua vida privada e garantir a sua segurança, bem

como a da sua família e a das suas testemunhas, preservando-as de manobras de

intimidação e de represálias;

e) Evitando demoras desnecessárias na resolução das causas e na execução das de-

cisões ou sentenças que concedam indenização às vítimas.

A obrigação de investigar é um dever estatal e integra o direito da vítima à reparação

integral calcada na satisfação e no direito a conhecer a dinâmica do fato. Especialmente

nos casos de homicídios, é importante o desenvolvimento da investigação e do proces-

so criminal de forma humanizada e sensível em relação às vítimas, sem discriminação,

e com o fornecimento de informações oportunas e a possibilidade de sugerir diligên-

cias, como preceitua o Código de Processo Penal em seu artigo 14.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

A Corte Interamericana de Direitos Humanos, ao proferir sentença na análise do

Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil, em 16 de fevereiro de 2017, no ponto resolutivo

1

9 determinou: “O Estado deverá adotar as medidas legislativas ou de outra nature-

za necessárias para permitir às vítimas de delitos ou a seus familiares participar de

maneira formal e efetiva da investigação de delitos conduzida pela polícia ou pelo

Ministério Público.”

Proposta 47. Garantia à Defensoria Pública de acesso, com regu-

laridade, à informação e às investigações, por meio do:

a) Encaminhamento à Defensoria Pública, quando houver requerimento, de justi-

ﬁcativa para operações policiais em áreas sensíveis, com morte por intervenção

de agente de Estado;

b) Atendimento, em tempo razoável, às requisições da Defensoria Pública que

versem sobre informações contidas em autos de investigação preliminar, ter-

mo circunstanciado, inquérito ou qualquer outro procedimento investigatório,

assim como fornecer as pertinentes cópias.

52

Justiﬁcativa: As requisições formuladas pela Defensoria Pública nem sempre são

atendidas ou o são em prazos excessivamente demorados (sob qualquer perspecti-

va), a despeito da norma expressa contida na Lei Complementar Federal no. 80, de

1

994, que estabelece ser prerrogativa dos membros da Defensoria Pública “requisitar

de autoridade pública ou de seus agentes exames, certidões, perícias, vistorias, di-

ligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e providências ne-

cessárias ao exercício de suas atribuições”.

Impende observar que o e. STF já decidiu sobre a constitucionalidade da prerrogati-

va dos Defensores Públicos requisitarem informações e documentos às autoridades

públicas e seus agentes:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL

E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. DEFENSORIA PÚBLICA.

LEI COMPLEMENTAR 80/1994. PODER DE REQUISIÇÃO. GARANTIA PARA O

CUMPRIMENTODASFUNÇÕESINSTITUCIONAIS.GARANTIACONSTITUCIONAL

DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E EFETIVA. ADI 230/RJ. ALTERAÇÃO

DO PARÂMETRO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. ADVENTO DA

EC 80/2014. AUTONOMIA FUNCIONAL E ADMINISTRATIVA DAS DEFENSORIAS.

IMPROCEDÊNCIA. 1. O poder atribuído às Defensoria Públicas de requisitar de qual-

quer autoridade pública e de seus agentes, certidões, exames, perícias, vistorias, di-

ligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providên-

cias necessárias ao exercício de suas atribuições, propicia condições materiais para



Plano de Redução da Letalidade Policial da Defensoria Pública da Bahia

o exercício de seu mister, não havendo falar em violação ao texto constitucional.

2

. A concessão de tal prerrogativa à Defensoria Pública constitui verdadeira expres-

são do princípio da isonomia e instrumento de acesso à justiça, a viabilizar a presta-

ção de assistência jurídica integral e efetiva. 3. Não subsiste o parâmetro de controle

de constitucionalidade invocado na ADI 230/RJ, que tratou do tema, após o advento

da EC 80/2014, ﬁxada, conforme precedentes da Corte, a autonomia funcional e ad-

ministrativa da Defensoria Pública. 4. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada

improcedente. (ADI 6852. Plenário do STF, julgamento em 21/02/2022).

Ressalte-se, por oportuno, que, especiﬁcamente em relação ao acesso às informa-

ções sobre investigações policiais, o art. 32 da Lei nº 13.869/2019, criou um tipo penal

para os casos em que a autoridade policial negar “acesso aos autos de investigação

preliminar, ao termo circunstanciado, ao inquérito ou a qualquer outro procedimento

investigatório de infração penal, civil ou administrativa, assim como impedir a obten-

ção de cópias, ressalvado o acesso a peças relativas a diligências em curso, ou que

indiquem a realização de diligências futuras, cujo sigilo seja imprescindível”.

Proposta 48. Elaboração, armazenamento e disponibilização de

relatórios detalhados ao ﬁm de cada operação policial, que de-

verão contemplar, pelo menos, (i) o objetivo da operação; (ii) os

horários de início e término da incursão; (iii) a identiﬁcação da

autoridade responsável pela ordem e do comandante da execu-

ção e ﬁscalização da operação, para ﬁns de reconstituição da

cadeia de comando e de atribuição de responsabilidades; (iv)

os nomes e as matrículas dos agentes envolvidos na incursão;

(v) o tipo e o número de munições consumidas, de modo indi-

vidualizado, com os pertinentes registros de identiﬁcação; (vi)

as armas e os veículos utilizados; (vii) o material apreendido,

com indicação da quantidade; (viii) a identiﬁcação das pessoas

mortas (policiais ou não), ainda que não se conheça a autoria do

homicídio; (ix) os nomes das pessoas detidas e dos adolescentes

apreendidos; (x) a indicação das buscas domiciliares realizadas,

com ou sem mandado judicial; (xi) as ambulâncias e serviços de

saúde mobilizados; (xii) a justiﬁcativa para toda e qualquer me-

dida de caráter excepcional eventualmente adotada; (xiii) pre-

servação do perímetro de escolas, creches e unidades básicas de

saúde; (xiv) comunicação das operações policiais às autoridades

de saúde e educação; (xv) relatório sobre eventual uso de heli-

53



Defensoria Pública do Estado da Bahia

cóptero. O relatório detalhado elaborado ao ﬁnal das operações

policiais, em até 24 horas após sua realização, deverá ser reme-

tido ao Ministério Público e, a pedido, à Defensoria Pública.

Justiﬁcativa: A prática hodierna demonstra que as informações elementares sobre as

operações policiais precisam ser solicitadas pelo Ministério Público, pela Defensoria

Pública e pelos familiares das vítimas, sendo que as pertinentes respostas não são

prestadas em tempo razoável ou mesmo jamais são prestadas.

A opacidade no fornecimento dessas informações revela, entre outros aspectos,

problemas muitas vezes inerentes ao próprio planejamento das operações, relegan-

do ao segundo plano as medidas imperiosas de redução de danos.

Desta forma, a obrigatoriedade de elaboração de relatório detalhado tem a dupla

ﬁnalidade de registrar com eﬁciência os principais aspectos da operação, mas tam-

bém de manter presente a necessidade de observância das medidas mais essenciais

de prevenção aos riscos de morte e ferimentos aos quais toda a população local,

além dos próprios policiais, ﬁcam sujeitos.

5

4

Como é sabido, as operações policiais, notadamente as realizadas em áreas sensí-

veis, têm elevado potencial de letalidade, bem como impõem riscos para os morado-

res e para os próprios policiais. Desta forma, é imperiosa a presença de ambulância

e serviços de socorro médico para o pronto atendimento de vítimas e traslado para

hospital e unidades de saúde.

Nesse sentido, é importante destacar que a Defensoria Pública apresenta, no presen-

te plano, a proposta de minuta de Projeto de Lei, para que seja garantida a presença

de ambulâncias durante as operações policiais.

Noutro giro, a experiência revela que o monitoramento mais eﬁcaz das operações

policiais pelos órgãos de controle se dá “a posteriori”, sendo imperativa a observância

ao princípio insculpido no Protocolo de Minnesota referente à prestação de contas

(“accountability”) e ao direito fundamental à informação, previsto nos art. 5º, XIV e

XXXIII, e art. 220, § 1º, da Constituição Federal.

A título de contribuição, inspirada na Lei nº8928/2020, do Estado do Rio de Janeiro,

que dispõe sobre os procedimentos que devem ser adotados pela autoridade policial

nas ocorrências de lesão corporal ou morte por intervenção por agente do Estado,

a Defensoria anexa minuta de projeto lei a ser instituída no âmbito do Estado da Bahia.



Plano de Redução da Letalidade Policial da Defensoria Pública da Bahia

Proposta 49. Criação de Delegacias de Polícia territoriais espe-

cializadas em casos de racismo e intolerância religiosa e expan-

são da iniciativa para o interior do Estado, no âmbito da Polícia

Civil, e fortalecimento de serviços operacionais especializados

na condução de ocorrências ligadas ao combate ao racismo,

como a Ronda Omnira26.

Justiﬁcativa: conforme exaustivamente demonstrado ao longo do presente documen-

to, a letalidade policial não pode ser dissociada do racismo, uma vez que os dados

mostram que os jovens negros chegam a 83,1% das vítimas de intervenções policiais.

Proposta 50. Criação de Comissões de Mitigação de Risco, nos

moldes das implementadas pela Polícia Militar do Estado de

São Paulo (proposta apresentada pelo Instituto Sou da Paz).

Justiﬁcativa: Trata-se de comissão presidida pelo comandante da área, compos-

ta por um Tenente Coronel, um Major, um Capitão que exerça a função de coman-

dante da companhia, um Tenente que exerça a função de comandante do pelotão,

o Coordenador de Operações do Batalhão e dois oﬁciais. Além disso, o presidente

pode convidar outros policiais militares especializados no assunto relativo à ocorrência.

55

A Comissão tem por objetivo identiﬁcar e avaliar riscos, realizar treinamento dirigi-

do e monitoramento educativo. Neste sentido, deve apurar as informações relativas

ao atendimento da ocorrência e avaliar o grau de capacitação técnica dos policiais

militares envolvidos. Os membros da Comissão emitem parecer recomendando,

se necessário, a realização de aprimoramento proﬁssional, que consiste em um Plano

de Ação Educativo para correção e aprimoramento da técnica policial. O treinamento

dirigido é realizado na sede do Batalhão do agente policial envolvido na ocorrência,

com duração mínima de 2 semanas.

O monitoramento educativo ocorre por 30 dias após o término do treinamento diri-

gido e tem como objetivo acompanhar a atividade policial. Ele é de responsabilidade

do Comandante da Companhia dos policiais envolvidos e é realizado por meio da

observação e registros diários de desempenho dos proﬁssionais.

Por ﬁm, há uma revisão e análise dos registros do monitoramento educativo.

Caso a Comissão considere que as ações educativas foram insuﬁcientes para o

aprimoramento proﬁssional do policial, será indicada a participação em Curso de

Especialização Proﬁssional.

26 http://www.pm.ba.gov.br/pm-lanca-ronda-de-protecao-a-liberdade-religiosa/



Defensoria Pública do Estado da Bahia

Proposta 51. Condenar publicamente, ao mais alto nível do go-

verno, as execuções extrajudiciais, os desaparecimentos força-

dos e outras mortes ilegais cometidas no contexto de operações

policiais e enviar mensagens públicas de que o racismo nas ope-

rações policiais não será mais tolerado. (proposta encaminhada

pela Anistia Internacional)

Proposta 52. Assegurar que os mecanismos de controle externo

da polícia sejam verdadeiramente independentes e dotados de

legitimidade institucional, estrutura, poderes e capacidade para

acessar informação, analisar e propor proativamente alterações

às políticas e práticas de aplicação da lei. Isso depende de:

a) Assegurar protocolos de investigação que garantam que as violações de direitos

humanos cometidas pelas polícias sejam apuradas de maneira célere, indepen-

dente e eﬁcaz, de acordo com parâmetros internacionais de direitos humanos;

5

6

b) Assegurar a responsabilização de todos os envolvidos nas violações de direitos

humanos cometidas pelas polícias, incluindo as cadeias de comando;

c) Garantir a transparência e participação da sociedade e dos familiares das víti-

mas de violência de Estado;

d)Assumir o entendimento de que tanto o racismo quanto a violência policial

são problemas estruturais e precisam ter respostas capazes de romper com

estas práticas.

e) Que os Ministérios Públicos processem, via Ação Civil Pública, os Governos

dos Estados, que na pessoa dos Governadores representam a cheﬁa das polí-

cias, frente aos altos índices de letalidade policial. (proposta encaminhada pela

Anistia Internacional)

Proposta 53. Responsabilizar os comandantes pelas mortes de-

correntes de ação policial, deﬁnindo objetivamente, em leis e

regulamentos, a responsabilidade de comandantes e superio-

res pela violência policial ilícita. (proposta encaminhada pela

Anistia Internacional)



Sobre o perﬁl dos adolescentes que cumprem Medida Socioeducativa nas CASES de Salvador/BA

EIXO V - ATUAÇ ÃO

REPRESSIVA

NO ÂMBITO DO

SISTEMA DE

JUSTIÇA

Proposta 54. Celebração de termo de cooperação técnica entre

a Defensoria Pública do Estado da Bahia e a Procuradoria Geral

do Estado com o objetivo de viabilizar o pagamento de inde-

nização por via administrativa em casos de violência policial

acompanhados pela DPE/BA.

57

Justiﬁcativa: Em 2015, 12 jovens negros da Vila Moisés foram mortos em uma ação

policial, que ﬁcou conhecida como Chacina do Cabula27. 05 anos depois, Micael

Silva Santos, 12 anos, foi morto após ser baleado durante ação da Polícia Militar, no

bairro do Vale das Pedrinhas28. Um ano depois, em março de 2021, Ryan Andrew

Pereira Tourinho Nascimento, 09 anos, foi [morto com um tiro durante uma ação](https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/03/27/crianca-morre-apos-ser-baleada-durante-confronto-entre-pms-e-grupo-armado-no-vale-das-pedrinhas.ghtml)

[policial](https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/03/27/crianca-morre-apos-ser-baleada-durante-confronto-entre-pms-e-grupo-armado-no-vale-das-pedrinhas.ghtml), em março de 2021, também no Vale das Pedrinhas29. Em março de 2022,

03 jovens da comunidade da Gamboa foram mortos durante ação da Polícia Militar30

e no mês de julho de 2023, no bairro de Portão, Lauro de Freitas, uma criança de dez

anos, que estava na porta de sua casa, não resistiu aos ferimentos e morreu após ser

baleada por policiais militares31.

2

2

2

7 http://www.defensoria.ba.def.br/noticias/federalizacao-do-caso-do-cabula-foi-tema-de-audiencia-publica-na-esdep/

8 https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/estudante-de-12-anos-morre-em-acao-da-pm-familia-nega-confronto/

9 https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/07/23/vizinha-que-socorreu-menino-de-9-anos-morto-em-acao-da-policia-reco-

nhece-pm-em-reconstituicao-botou-igual-a-um-bicho-na-mala.ghtml

3

3

0 https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/gamboa-defensoria-presta-atendimento-juridico-e-psicossocial-aos-familiares-de-

jovens-mortos/

-

1

https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/menino-de-10-anos-morre-apos-ser-baleado-em-portao-0723



Defensoria Pública do Estado da Bahia

Todos esses casos têm em comum, além do fato de serem acompanhados pela

Defensoria Púlbica - a morte de crianças e jovens negros pelo Estado da Bahia no

curso de ações empreendidas pela Polícia Militar e a ausência de ações reparató-

rias por parte do estado que busquem, minimamente, amparar a dor sofrida pelos

seus familiares.

Diante deste nebuloso contexto e, considerando que a Constituição Federal impõe ao

Estado o dever de responder pelos danos que seus agentes nessa qualidade causarem

a terceiros, a Defensoria Pública do Estado propôs à Procuradoria Geral do Estado a

celebração de termo de cooperação técnica, com o objetivo de promover a resolução

extrajudicial dos conﬂitos calcados na responsabilidade civil inequívoca do Estado da

Bahia diante dos casos de violência policial acompanhados pela instituição.

Prevista anteriormente no documento “13 medidas para a redução das intervenções

policiais com resultado morte no Estado da Bahia”, a medida mostra-se apta a pro-

mover maior celeridade e eﬁciência na compensação dos danos materiais, morais e

estéticos, causados pelas graves violações de direitos humanos sofridas pelas víti-

mas e seus familiares, já extremamente vulnerabilizados pela violência sofrida, evi-

tando-se um longo e penoso processo judicial.

5

8

Intui-se com o presente termo a criação de procedimento sistematizado e célere

entre os cooperantes para atendimento humanizado e assessoria jurídica às vítimas

(ou seus beneﬁciários), a ﬁm de que a eles sejam conferidas as indenizações decor-

rentes dos óbitos e/ou lesões ocasionadas por disparo de arma de fogo no curso de

operação policial.

O valor obtido por meio do presente instrumento será revertido integralmente em

favor da vítima e/ou beneﬁciários, pois ausente a participação de advogado privado,

não havendo assim honorários advocatícios ou quaisquer outras verbas.

Além de alcançar as vítimas diretas de tais atuações, a formalização do presente

termo de cooperação beneﬁcia, ainda, a sociedade, vítima indireta, em seus efeitos,

na medida em que confere a esta a sensação de que situações como a que es-

tão sendo objeto do acordo não sairão impunes, aumentando a crença num Estado

Democrático de Direito. Tal medida, adotada pelo Estado do Rio de Janeiro desde

2016, certamente trará benefícios para diversas famílias baianas que sofreram com a

atuação violenta do Estado.

Proposta 55. Criação, no âmbito do Tribunal de Justiça do

Estado da Bahia, de Vara do Júri especializada para o julgamen-

to de crimes dolosos contra a vida cometidos por policiais, nos



Plano de Redução da Letalidade Policial da Defensoria Pública da Bahia

moldes da Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por

Organização Criminosa, existente na Comarca de Salvador.

Justiﬁcativa: Com a criação da Vara especializada para o julgamento de crimes dolosos

contra a vida cometidos por policiais, seria possível agilizar a instrução e julgamento

desses delitos, de modo a proporcionar uma resposta mais eﬁciente à população.

Proposta 56. Identiﬁcação de omissões do MP no âmbito do con-

trole externo da atividade policial e respectivo encaminhamen-

to ao CNMP (Proposta apresentada pelo Programa de Estudos,

Pesquisas e Formação em Políticas e Gestão de Segurança Pública

da UFBA).

Proposta 57. Apuração séria de crime de abuso de autoridade

(Lei n. 13.869/19) por parte da Polícia Civil e do MP (Proposta

apresentada pelo Programa de Estudos, Pesquisas e Formação

em Políticas e Gestão de Segurança Pública da UFBA).

59

Proposta 58. Fortalecimento das audiências de custódia e dos

mecanismos de controle da prática de tortura policial no mo-

mento da prisão, tais como a) obrigatoriedade do exame de

corpo-delito, b) produção de dados permanente sobre o tema,

c) acompanhamento da instauração de procedimentos adminis-

trativos para investigação de tortura (Proposta apresentada pelo

Laboratório de Políticas Públicas - LAPIN e Centro de Estudos de

Segurança e cidadania - CESeC).



Sobre o perﬁl dos adolescentes que cumprem Medida Socioeducativa nas CASES de Salvador/BA

EIXO VI - ATUAÇ ÃO

NO ÂMBITO DO

PODER LEGISLATIVO

Proposta 59. Proibição de prisão com base apenas em reconhe-

cimento por foto\*.

\*

Minuta de PL apresentada ao ﬁnal do documento.

Justiﬁcativa: O procedimento de reconhecimento fotográﬁco em delegacias é fa-

lho. Esta é uma das conclusões apontadas pelos relatórios produzidos pelo Colégio

Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege) e pela [Defensoria Pública do Rio](https://defensoria.rj.def.br/)

[de Janeiro (DP-RJ)](https://defensoria.rj.def.br/), que analisaram casos encaminhados por defensores públicos de

vários estados sobre o reconhecimento fotográﬁco em sede policial.

61

De acordo com os documentos, de 2012 a 2020 foram realizadas ao menos 90 pri-

sões injustas por meio de reconhecimento fotográﬁco. Desse total, 79 contam com

informações conclusivas sobre a raça dos acusados, sendo 81% deles pessoas negras,

somando-se pretos e pardos conforme a deﬁnição do IBGE.

O tema ganhou ampla repercussão na mídia, que passou a dar visibilidade a diversos

casos de pessoas acusadas injustamente em razão de reconhecimento fotográﬁco

realizado nas delegacias. Um dos casos contou com a atuação da Defensoria Pública

da Bahia, que conseguiu reverter a condenação de um homem que se encontrava

preso na ocasião do crime.32

Em outubro de 2020, ao julgar um habeas corpus impetrado pela Defensoria Pública

de Santa Catarina (n. 598.886), a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça ﬁrmou

o entendimento de que o reconhecimento de suspeito por meio de fotograﬁa não

é suﬁciente para a condenação, devendo-se observar o procedimento previsto no

artigo 226 do Código de Processo Penal, cujas formalidades constituem garantia

mínima para quem se encontra na condição de suspeito da prática de um crime.

3

2 https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/apos-denuncia-com-base-em-reconhecimento-fotograﬁco-homem-e-absolvido-

-porque-se-encontrava-preso-na-ocasiao-do-crime/



Defensoria Pública do Estado da Bahia

Posteriormente, em abril de 2021, a Quinta Turma proferiu decisão no mesmo senti-

do, ao julgar o Habeas Corpus 652.284.33

Em dezembro de 2022, o Conselho Nacional de Justiça aprovou por unanimidade

a [Resolução 484, que estabelece diretrizes para o reconhecimento de pessoas em](https://www.cnj.jus.br/resolucao-do-cnj-busca-superar-falhas-no-reconhecimento-de-pessoas/)

[investigações e processos criminais a ﬁm de evitar prisões e condenações de inocen-](https://www.cnj.jus.br/resolucao-do-cnj-busca-superar-falhas-no-reconhecimento-de-pessoas/)

[tes](https://www.cnj.jus.br/resolucao-do-cnj-busca-superar-falhas-no-reconhecimento-de-pessoas/). A resolução aprofunda o procedimento estabelecido no artigo 226 do Código de

Processo Penal para a realização do reconhecimento.

Inspirada em normativa semelhante no Estado do Rio de Janeiro, o projeto de lei

em referência pretende que uma pessoa suspeita do cometimento de um crime não

seja presa unicamente com base no reconhecimento fotográﬁco. Dentre outros re-

gramentos, a minuta do PL prevê que os pedidos de prisão feitos pelos delegados

deverão ter indícios de autoria e materialidade e não apenas com reconhecimen-

to por fotos como suporte, devendo a autoridade policial cruzar outros elementos,

a exemplo de dados de telefonia, registro de trabalho da pessoa, entrevista prévia

com a vítima ou testemunha e o alinhamento de pessoas ou fotograﬁas padroniza-

das a serem apresentadas à vítima.

A minuta ainda estabelece a necessidade de realização de curso de formação para

Polícia Civil acerca da temática, com especial ênfase nas consequências nefastas de

uma investigação baseada unicamente nesse modelo de identiﬁcação de autor de

infração penal, promovendo também os esclarecimentos quanto aos abusos que

devem ser sempre evitados quanto ao uso dos álbuns fotográﬁcos.

62

Proposta 60. Regulamentação e disponibilização de ambulân-

cias em operações policiais previamente planejadas em que haja

a possibilidade de confrontos armados.\*

\*

Minuta de PL apresentada ao ﬁnal do documento.

Justiﬁcativa: A presente proposta é inspirada na Lei n. 7.385/2016 do Estado do Rio de

Janeiro e se revela como importante medida para a adequada prestação de socorro.

A presença de uma ambulância com equipe de saúde tende a evitar a prática de re-

moção indevida de corpos do local para o hospital a pretexto de prestação de socorro.

A observância da disponibilização das ambulâncias deve constar de relatório a ser

elaborado pela Polícia e do comunicado ao Ministério Público, de modo a permitir

seu monitoramento. a presença de uma ambulância com equipe de saúde tende a

33 https://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/relat%C3%B3rio\_sobre\_reconhe-

cimento\_fotogr%C3%A1ﬁco\_nos\_processos\_criminais\_05.05.22.pdf



Plano de Redução da Letalidade Policial da Defensoria Pública da Bahia

evitar a prática de remoção indevida de corpos do local para o hospital a pretexto de

prestação de socorro.

Proposta 61. Fortalecimento da Corregedoria-Geral da SSP com

previsão de sistema de garantia e valorização dos integrantes

da Corregedoria.

Justiﬁcativa: A Corregedoria Geral da Segurança Pública foi criada pela Lei Estadual

8

.538, de 20 de dezembro de 2002, que modiﬁcou a estrutura organizacional da

Administração Pública do Poder Executivo Estadual, nos seguintes termos:

art.5º Ficam criados os seguintes órgãos: (...)

II - Na Secretaria da Segurança Pública:

a) Corregedoria Geral de Segurança Pública, com a ﬁnalidade de assessorar

o Secretário no acompanhamento, controle e avaliação da regularidade do

funcionamento e operação dos órgãos policiais, civis e militares, integrantes

do Sistema Estadual de Segurança Pública, na forma do respectivo regula-

mento que indicará sua composição;

63

Em que pese a importante atribuição para a qual foi criada e o reconhecimento da

atual gestão da SSP acerca da necessidade do seu fortalecimento, referido órgão

carece de normatização que garanta estruturação mínima acerca da sua composição

e que preveja sistema de garantia e valorização de seus membros.



Sobre o perﬁl dos adolescentes que cumprem Medida Socioeducativa nas CASES de Salvador/BA

ANEXO - 01

PROJETO DE LEI N°\_\_\_\_/2024

Minuta de Projeto de Lei que dispõe sobre os procedimentos

adotados para o reconhecimento de investigados no Estado

da Bahia.

ART. 1º Os procedimentos de veriﬁcação de informação de reconhecimento dos in-

vestigados no âmbito das unidades policiais do Estado da Bahia, sem prejuízo de

outros adotados pela autoridade policial, são:

I - O pedido de representação de prisão deverá ser feito mediante indícios de auto-

ria e materialidade, e não apenas com reconhecimento por fotos como suporte;

II - Poderão ser feitos cruzamentos de dados fornecidos por operadoras de telefo-

nia e dados telemáticos;

65

III - Deverá veriﬁcar o cadastro funcional do investigado para ratiﬁcar a conﬂuência

do horário de trabalho/ocupação com a ocorrência.

IV - Entrevista prévia com a vítima ou testemunha para a descrição da pessoa inves-

tigada ou processada;

V - Fornecimento de instruções à vítima ou testemunha sobre a natureza do pro-

cedimento;

VI - Alinhamento de pessoas ou fotograﬁas padronizadas a serem apresentadas à

vítima ou testemunha para ﬁns de reconhecimento;

VII - O registro da resposta da vítima ou testemunha em relação ao reconhecimento

ou não da pessoa investigada ou processada;

VIII - O registro do grau de convencimento da vítima ou testemunha, em suas pró-

prias palavras; e

I - Realizará o exame papiloscópico do suspeito na ausência de identiﬁcação civil

ou em estrito cumprimento da lei.

§

1º Para ﬁns de aferição da legalidade e garantia do direito de defesa, o procedimen-

to será integralmente gravado, desde a entrevista prévia até a declaração do grau



Defensoria Pública do Estado da Bahia

de convencimento da vítima ou testemunha, com a disponibilização do respectivo

vídeo às partes, caso solicitado.

§

2º A inclusão da pessoa ou de sua fotograﬁa em procedimento de reconhecimento,

na condição de investigada ou processada, será embasada em outros indícios de sua

participação no delito, como a averiguação de sua presença no dia e local do fato ou

outra circunstância relevante.

§

3º Para ﬁns desta Lei, consideram-se dados telemáticos as informações digitais

originadas, transmitidas, processadas ou recebidas por meio de dispositivos eletrô-

nicos interconectados, tais como computadores, smartphones, tablets e dispositivos

de Internet das Coisas (IoT), resultando da interação entre esses dispositivos e redes

de comunicação, abrangendo as seguintes categorias:

I - Comunicações: Englobando mensagens de texto, e-mails, chamadas telefônicas,

vídeochamadas e comunicações em aplicativos de mensagens instantâneas;

II - Dados de Localização: Indicando a posição geográﬁca de um dispositivo em

um determinado momento, adquirida por meio de tecnologias como GPS ou

torres de celular;

6

6

III - Atividades Online: Registrando ações realizadas na internet, como histórico de

navegação, interações em redes sociais, visualização de conteúdo online e tran-

sações em plataformas de comércio eletrônico;

IV - Registros de Transações: Referentes a transações ﬁnanceiras, incluindo compras

online, transferências bancárias e pagamentos eletrônicos;

V - Dados de Sensores: Capturados por sensores presentes em dispositivos IoT,

medindo variáveis como temperatura, umidade, movimento e pressão.

VI - Arquivos Digitais: Compreendendo documentos, imagens, áudios e vídeos em

formato digital, compartilhados por meio de dispositivos eletrônicos; e

VII - Metadados: Englobando informações contextuais complementares, como da-

tas de criação, modiﬁcações e identiﬁcadores únicos.

Art. 2º No procedimento investigatório de polícia judiciária o reconhecimento fo-

tográﬁco deverá, em qualquer caso, ser antecedido de descrição física mínima do

suspeito e de detalhes que interessem à composição de seu perﬁl, com vistas à sua

identiﬁcação e indicação nos autos da investigação existente, observando-se, no que

couberem, as regras do Código de Processo Penal referentes ao reconhecimento de

pessoa (Art. 226 do Código de Processo Penal).



Plano de Redução da Letalidade Policial da Defensoria Pública da Bahia

Art. 3º Sempre que se der o reconhecimento fotográﬁco em sede policial, não sen-

do possível a realização de reconhecimento pessoal, por qualquer motivo, tal fato

deverá ser consignado em aditamento ao registro da ocorrência e não ensejará ato

de indiciamento do suspeito pela prática do fato em apuração, salvo se o reconhe-

cimento fotográﬁco tiver sido realizado por meio de alinhamento de fotos, com a

observância do que dispõe o art. 226 do Código de Processo Penal e no disposto no

inciso I do art. 1º desta Lei.

§

4

1º A pessoa investigada ou processada será apresentada com, no mínimo, outras

(quatro) pessoas não relacionadas ao fato investigado, que atendam igualmente à

descrição dada pela vítima ou testemunha às características da pessoa investigada

ou processada.

§

2º Nos delitos supostamente cometidos por várias pessoas, devem ser utilizados

múltiplos alinhamentos, com apenas um suspeito por alinhamento e sem repetição

de pessoas.

Art. 4º A Polícia Civil deverá, em consonância com o art. 12 e seu § 1º da Resolução

do CNJ nº 484 de 19 de dezembro de 2022, deverá ministrar aulas teóricas e práticas

tratando do ato de reconhecimento fotográﬁco e destacar as consequências nefastas

de uma investigação baseada unicamente nesse modelo de identiﬁcação de autor

de infração penal, promovendo também os esclarecimentos quanto aos abusos que

devem ser sempre evitados quanto ao uso dos álbuns fotográﬁcos.

67

Art. 5º Os referidos procedimentos da presente lei visam impedir a condenação de

inocentes e possibilitar a responsabilização dos culpados, a partir da adoção de pro-

cedimentos probatórios construídos à luz das evidências cientíﬁcas e das regras do

devido processo legal, que não constituam fator de incremento da seletividade penal

e injustiças em procedimentos de matéria criminal.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



Sobre o perﬁl dos adolescentes que cumprem Medida Socioeducativa nas CASES de Salvador/BA

ANEXO - 02

PROJETO DE LEI N°\_\_\_\_/2024

Minuta de Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade

da presença de ambulância em operações policiais no Estado

da Bahia.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer a obrigatoriedade da presen-

ça de ambulâncias em operações policiais, previamente planejadas, com possíveis

confrontos armados.

Parágrafo único. Entende-se como conﬂito armado aquele em que a polícia pode ser

surpreendida por grupos armados, que objetivam impedir a realização da operação

ou ao propósito a que esta se destina.

Art. 2º A presença de ambulância ocorrerá nas seguintes condições:

6

9

I - Nas operações das polícias Civil e Militar que desempenharem de forma isolada

ou em conjunto; e

II - Quando o efetivo da operação for superior a cinco policiais.

Art. 3º As ambulâncias deverão possuir equipamentos de primeiros socorros, ressus-

citador e guarnecida por proﬁssionais de saúde, como médico e enfermeiros.

Art. 4º Na região onde ocorrer o confronto, o batalhão ou a delegacia de polícia

envolvidos na operação deverão comunicar ao hospital estadual ou municipal mais

próximo da área onde será realizada a operação, a ﬁm de que a unidade de saúde

ﬁque de sobreaviso para receber vítimas do possível confronto, ressalvando-se os

cuidados necessários em operações sigilosas.

Parágrafo único. Entende-se como vítima da operação, os policiais, os civis e os pro-

ﬁssionais ligados à área de imprensa que possam ser alvejados durante uma possível

troca de tiros.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



Sobre o perﬁl dos adolescentes que cumprem Medida Socioeducativa nas CASES de Salvador/BA

ANEXO - 03

PROJETO DE LEI N°\_\_\_\_/2024

Minuta de Projeto de Lei que institui a “Política Estadual de

Controle de Armas de Fogo, suas peças e componentes, e de

munições”.

Capítulo 1

Da Finalidade

Art. 1º Esta Lei Institui a Política Estadual de Controle de Armas de Fogo, suas Peças

e Componentes, e de Munições, suas deﬁnições, princípios norteadores e objetivos.

Parágrafo único. A ﬁnalidade desta Lei é promover, facilitar e fortalecer a cooperação

entre Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário, a ﬁm de prevenir, combater

e erradicar o tráﬁco ilícito de armas de fogo, suas peças e componentes, e munições.

7

1

Capítulo 2

Das Deﬁnições

Art. 2º Para ﬁns desta Lei, considera-se:

I - "Arma de fogo" - qualquer arma portátil com cano que dispare, seja projetada

para disparar, ou possa ser prontamente transformada para disparar bala ou

projétil por meio da ação de um explosivo, excluindo-se armas de fogo anti-

gas ou suas réplicas. Armas de fogo antigas e suas réplicas serão deﬁnidas de

conformidade com o direito interno. Em hipótese nenhuma, entretanto, serão

incluídas entre as armas de fogo antigas as armas de fogo fabricadas após 1899;

II - "Peça ou componente" - qualquer elemento ou elemento de reposição proje-

tado, especiﬁcamente, para uma arma de fogo e essencial à sua operação, in-

cluindo o cano, carcaça ou coronha, culatra móvel ou tambor, ferrolho ou bloco

de culatra e qualquer dispositivo projetado ou adaptado para diminuir o som

causado pelo disparo de uma arma de fogo;

III - "Munição" - o cartucho completo ou seus componentes, incluindo estojos, es-

poletas, carga propulsora, balas ou projéteis, que sejam utilizados em uma arma

de fogo, contanto que tais componentes sejam eles mesmos sujeitos a autori-

zação no Estado;



Defensoria Pública do Estado da Bahia

IV - "Rastreamento" - o acompanhamento sistemático, do fabricante ao comprador,

de armas de fogo e, quando possível, de suas peças e componentes e muni-

ções, com a ﬁnalidade de auxiliar as autoridades competentes na detecção,

investigação e análise da fabricação e do tráﬁco ilícitos.

Capítulo 3

Marcação e Rastreamento das Armas de Fogo

Art. 3º Para a ﬁnalidade de identiﬁcação e rastreamento de cada arma de fogo,

o Poder Executivo deve inserir nos editais para aquisição de armas pelos Órgãos de

Segurança do Estado da Bahia, de forma expressa, como itens obrigatórios, a colo-

cação de dispositivo eletrônico de identiﬁcação (chip) nas armas de fogo fabricadas

no Brasil e importadas, contendo informações sobre a arma, como identiﬁcação do

fabricante, cadeia dominial e nome do proprietário.

§

1º As armas adquiridas pelas empresas de segurança privada no âmbito do Estado

da Bahia também deverão contar com a colocação de dispositivo eletrônico de iden-

tiﬁcação (chip) nas armas de fogo fabricadas no Brasil e importadas, contendo in-

formações sobre a arma, como identiﬁcação do fabricante, cadeia dominial e nome

do proprietário.

7

2

Art. 4º No que se refere à compra de munições para as forças de segurança da Bahia,

o Poder Executivo deve inserir nos editais para aquisição de munições, de forma

expressa, como itens obrigatórios, o limite máximo de 1.000 (mil) munições por lote,

com mesma numeração gravada no culote dos estojos, de modo a facilitar a rastrea-

bilidade das distribuições e uso junto aos Órgãos de Segurança.

§

1º Todas as munições adquiridas pelas Forças de Segurança do Estado e outras

categorias com porte, incluindo as Empresas de Segurança Privada, atuando no âm-

bito do Estado da Bahia, devem ser marcadas no culote do estojo, conforme o §2º

do Art. 23 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que diz que "para os Órgãos

referidos no Art. 6º, somente serão expedidas autorizações de compra de munição

com identiﬁcação do lote e do adquirente no culote dos projéteis, na forma do regu-

lamento desta Lei.

Art. 5º Para a ﬁnalidade de identiﬁcação e rastreamento de cada arma de fogo,

o Poder Executivo deve criar o Número de Identiﬁcação de Arma de Fogo (NIAF),

a ser gerido pela Polícia Civil do Estado da Bahia.

§

1º As armas apreendidas pelas Polícias Civil e Militar da Bahia serão encaminhadas

para a delegacia responsável pela instauração do Inquérito Policial, para lavratura do

procedimento policial decorrente, bem como ﬁxação de lacres de segurança (iden-

tiﬁcadores), contendo um único Número de Identiﬁcação de Arma de Fogo (NIAF),



Plano de Redução da Letalidade Policial da Defensoria Pública da Bahia

preso no guarda-mato ou em outra parte da arma mais conveniente e segura, de

acordo com o procedimento operacional padrão especíﬁco.

§

2º Após as providências descritas no parágrafo anterior, não somente as armas

de fogo apreendidas, mas também eventuais peças e componentes, bem como

munições igualmente apreendidas deverão ser acondicionadas em embalagem

própria e encaminhadas à perícia no Instituto de Criminalística Carlos Éboli (ICCE)

e, deste, para a Coordenadoria de Fiscalização de Armas e Explosivos (CFAE),

para o devido acautelamento.

Art. 6º As requisições de apresentação de arma de fogo pelo Poder Judiciário serão

encaminhadas à Polícia Civil para localização e atendimento.

§

1º A Polícia Civil, por meio do NIAF, fará o controle sistemático das armas de fogo

apreendidas em todo o Estado, providenciando, inclusive, o cadastro no Sistema

Nacional de Armas - SINARM, ou a remessa para o Sistema de Gerenciamento

Militar de Armas - SIGMA, quando for o caso.

§

2º Os Órgãos de Segurança responsáveis pela apreensão das armas de fogo de-

verão, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar ao Ministério da Justiça e Segurança

Pública ou ao Comando do Exército que desejam receber em doação os armamen-

tos apreendidos, cuja relação, quantidade e justiﬁcada da necessidade de uso inte-

grarão sua manifestação.

73

§

3º Após a análise dos requisitos e da autorização de doação pelo Comando do

Exército, bem como da determinação pelo Juiz competente do Exército, bem como

da determinação pelo Juiz competente do perdimento do armamento em favor da

Polícia Civil ou Militar, os Órgãos de Segurança incorporá-las ao seu patrimônio.

§

4º Semestralmente, após autorização do Poder Judiciário, a Polícia Civil providen-

ciará o encaminhamento das armas para destruição.

Capítulo 4

Das Informações e Cooperação

Art. 7º O Poder Executivo Estadual, através da Secretaria de Segurança Pública e suas

polícias militar e civil, o Ministério Público do Estado da Bahia, a Superintendência

da Polícia Federal na Bahia e o Exército brasileiro deverão fornecer ou compartilhar

entre si, sempre que conveniente, informações relevantes que sejam úteis às autori-

dades encarregadas de fazer cumprir a lei, com o intuito de aumentar a capacidade

conjunta de evitar, detectar e investigar a fabricação e o tráﬁco ilícitos de armas de

fogo, suas partes e componentes e munições, e de processar as pessoas envolvidas

nessas atividades ilícitas.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

§

1º As instituições citadas neste artigo buscarão o apoio e a cooperação de fa-

bricantes, agentes comerciais, importadores, exportadores, intermediários e trans-

portadoras comerciais de armas de fogo, suas partes e componentes e munições,

para prevenir e detectar as atividades envolvendo tráﬁco de armas.

§

2º Respeitando-se os conceitos básicos de seu ordenamento jurídico, cada institui-

ção citada neste artigo garantirá a conﬁdencialidade e acatará quaisquer restrições

relativas ao uso de informações que receba de outra instituição nos termos deste

artigo, caso a instituição que forneça a informação exija que assim se proceda.

Art. 8º A Polícia Civil do Estado da Bahia deverá celebrar convênio com a

Superintendência da Polícia Federal da Bahia e o Comando Militar do Nordeste com

o intuito de criar um sistema de cruzamento entre os respectivos bancos de dados,

contendo informações relativas à aquisição, destino, uso, movimentação e trans-

ferência, extravio, furto, roubo e descarte de armas, munições e explosivos, enca-

minhando relatórios semestrais aos Órgãos competentes, bem como à Comissão

de Direitos Humanos e Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado da

Bahia (ALBA), sobre armamento roubado, furtado, ou sob qualquer título, e apreen-

dido no Estado da Bahia. Este sistema de cruzamento entre os bancos de dados

deverá buscar as seguintes informações:

74

I - registro de ocorrência da apreensão da arma de fogo e da munição, abrangendo

os delitos associados à apreensão, autor e outras informações sobre as circuns-

tâncias do fato;

II - laudo pericial, atestando as informações da arma de fogo e da munição, assim

como um histórico de outros delitos, por ventura tenham sido cometidos por

esse armamento;

III - investigação de outras ocorrências criminais, tais como roubo, furto ou extravio;

IV - investigação do proprietário da arma de fogo;

V - investigação do comerciante da arma de fogo;

VI - investigação do fabricante ou importador.

Art. 9º A Polícia Militar da Bahia deverá promover o aperfeiçoamento do Sistema de

Controle de Material Bélico (SICOMB) e que o avanço do SICOMB seja acompanha-

do pela informatização do Boletim de Ocorrência da Polícia Militar, o que possibilita-

rá, dentre outras medidas, o melhor acompanhamento dos ﬂuxos de material bélico

associados a diferentes ocorrências.



Plano de Redução da Letalidade Policial da Defensoria Pública da Bahia

Art. 10 A Polícia Civil deverá produzir e divulgar aos Órgãos de Segurança Pública,

com periodicidade anual, relatório de dados contendo informações relativas a armas,

munições e explosivos extraviados, furtados e roubados, como também apreendi-

dos no Estado da Bahia, encaminhando tais informações à Comissão de Direitos

Humanos e Segurança Pública da ALBA.

Art. 11 O Poder Executivo Estadual deverá adotar as gestões para reintegração do sis-

tema comum entre a Polícia Civil do Estado da Bahia - PCBA e o Ministério Público

do Estado da Bahia - MPBA, no intuito de que a PCBA possa criar um ﬂuxo eﬁciente

de comunicação com o MPBA, com informações sobre roubo, furto e extravio de

armamentos e explosivos.

Art. 12 O Poder Executivo Estadual deve realizar o recadastramento informatizado de

todo o seu armamento patrimonial.

Art. 13 Os órgãos de ﬁscalização estadual deverão agir de forma coordenada e pla-

nejada, de modo a monitorar as lojas de armas de fogo, os processos de vendas de

armas e munições e o cumprimento às normas vigentes, sobretudo quanto ao limite

de venda para cada usuário e restrições ao tipo de munição.

75

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

